

# Boletim OPISA

| n.6, nov./dez. 2009 |





Observatório Político  
Sul-Americano

O **Observatório Político Sul-Americano - OPISA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

#### **Coordenadora Acadêmica**

Maria Regina Soares de Lima  
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt University

#### **Coordenador Executivo**

Marcelo Vasconcelos Coutinho  
Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ

#### **Assistentes de Coordenação**

Regina Kfuri  
Daniela Ribeiro

#### **Assistentes de Pesquisa**

Clayton Cunha (Bolívia)  
Daniel Castelan (Brasil)  
Daniel Oppermann (Indicadores)  
Eduardo Achilles (Peru)  
Fernanda Pernasetti (Equador)  
Fidel Flores (Venezuela)  
Flávio Pinheiro (Chile)  
Mayra Goulart da Silva (Paraguai)  
Suhayla Khalil (Uruguai)  
Tatiana Santos (Colômbia)  
Tatiana Teixeira (Argentina)

## **Boletim OPISA**

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2009.

O Boletim OPISA é publicado na segunda semana do mês seguinte aos dois meses a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

**ISSN 1809-8827**

Instituto Universitário de  
Pesquisas do Rio de Janeiro  
IUPERJ



Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://observatorio.iuperj.br>  
E-mail: [observatorio@iuperj.br](mailto:observatorio@iuperj.br)

**EDITORIAL****Passagem de Década**

A primeira década do século 21 termina anunciando um futuro de grandes desafios para a América do Sul, inserida agora em um mundo ainda mais complexo do que aquele observado no início dos trabalhos do OPISA. Nos últimos dez anos, a região passou por crises e mudanças em várias esferas, e até mesmo por uma importante onda de prosperidade econômica, mas preservou sua maior característica pouco alterada: a desigualdade social. A resiliência deste traço sul-americano demonstra por si só o quanto ainda falta avançarmos para que as nossas democracias alcancem suas conseqüências últimas no campo das transformações estruturais de sociedades partidas; fragmentadas por duzentos anos de independência incompleta e modernização conservadora.

Há pelo menos 60 anos, desde as primeiras reflexões cepalinas, a região considera que parte substantiva das soluções para a superação do seu subdesenvolvimento, do qual a desigualdade é peça angular, passa pela integração regional. Essa tradição desenvolvimentista foi abandonada por alguns intervalos de delírio liberal, mas vem ultimamente

recuperando força na medida em que os próprios modelos de mercado auto-regulado e a globalização sem Estado apresentam seus limites, e junto com eles a idéia do regionalismo poroso, tão marcante nos anos 1990.

O regionalismo aberto, como ficou mais conhecido na academia, era na maior parte das vezes um regionalismo sem regiões, isto é, um espaço apenas de fluxos e não de lugares, povos e culturas. Com os anos 2000 e os novos governos sul-americanos, surge a possibilidade política do que denominamos regionalismo estrutural, vinculado intuitivamente à tradição do pensamento de Prebisch, Furtado e outros grandes nomes da economia política latino-americana. Uma integração estrutural ou moderna não se restringe às cadeias produtivas, energéticas e logísticas, mas lida também com os aspectos sociais e o arcabouço institucional, recuperando os conceitos de territorialidade, economias de escala, valor agregado e a importância política das regiões. Tudo isso atualizado para os parâmetros dos novos tempos e temas globais.

Em um breve olhar retrospectivo, notamos que infelizmente pouco desse neo-estruturalismo foi de fato traduzido em políticas de Estado

abrangentes e tornado realidade regional. Por certo houve algum progresso, mas não o suficiente para constatar a inauguração de algo genuinamente novo na história do nosso desenvolvimento e diferente das bases econômicas lançadas pelo neoliberalismo. Além disso, os problemas e desentendimentos se acumularam no seio do Mercosul, parecendo inclusive ameaçar a sua própria sobrevivência enquanto União Aduaneira e Mercado Comum. Sob esse aspecto, vale salientar que a entrada da Venezuela no bloco servirá para tirá-lo do impasse no qual se encontra há anos e que começa a desgastar sua credibilidade e perspectivas futuras.

As esquerdas no poder não representaram automaticamente, como alguns imaginavam, uma integração mais profunda. Ao contrário, o protecionismo inclusive aumentou na esteira de uma interpretação equivocada do novo nacionalismo econômico. O discurso pró-integração foi expandido à medida que nos consumíamos em dificuldades estruturais crescentes, em que o comércio é também peça-chave. A vontade política em resolver os problemas pode até ter aumentado, mas outras mudanças de fundo prevaleceram. A principal delas é o incremento da assimetria entre o Brasil e os seus vizinhos, que diminui aqui as chances de uma integração do

tipo europeia ao mesmo tempo em que aumenta os riscos de comportamentos unilaterais. Não à toa, passou-se a falar cada vez mais em liderança brasileira, e menos em integração regional.

No banco de dados do Observatório, depositamos boa parte dessa história recente sul-americana. A memória disponível dos eventos mais importantes da região cobre justamente toda essa década de redescoberta da política. Apesar de tudo, podemos afirmar que o conceito de América do Sul foi consolidado. A apropriação desse conceito se confunde com o próprio legado do grupo de pesquisa e centro de observação regional sediado no IUPERJ. Por um lado, a América Latina parece hoje mais dividida e sua integração mais distante, tendo em vista a heterogeneidade política e as diferenças ideológicas entre os defensores dos interesses hemisféricos e da autonomia regional. Por outro lado, já podemos falar no início de junção entre as bacias amazônica e do Prata, ainda que para isso tenhamos pela frente uma longa e difícil jornada. Que venha então a nova década, e com ela a renovação do espírito necessário para enfrentarmos todos esses desafios. Esperamos continuar aqui, observando.

O tema da democracia na região e seus desafios nos próximos anos unificam os artigos do último Boletim de 2009. De uma perspectiva pouco comum nas análises correntes sobre a Venezuela, o artigo de Fidel Flores e Clayton Cunha Lima combina dimensões institucionais e os movimentos da democracia participativa para lançar novas luzes na análise da dinâmica democrática daquele país. No ensejo da aprovação pelo Senado brasileiro do ingresso da Venezuela no Mercosul, Regina Kfuri apresenta os principais momentos do processo legislativo em que o tempo de duração permitiu um amplo debate no Parlamento de uma questão de política externa. Os riscos de um retrocesso da democracia paraguaia é o tema da análise de Mayra Goulart.

No contexto do ciclo eleitoral corrente, Flávio Pinheiro atualiza os dados do Boletim anterior relativos aos índices de aprovação de todos os presidentes da região. Finalmente, o Boletim se encerra com dois artigos de Daniel Oppermann sobre a posição brasileira nas negociações relativas à governança da Internet.

Dezembro de 2009

Maria Regina Soares de Lima e  
Marcelo Vasconcelos Coutinho

## Democracia e Mercosul

### A dinâmica democrática venezuelana

*Fidel Pérez Flores  
Clayton Cunha Filho*

Com o processo de votação no Senado brasileiro sobre o ingresso da Venezuela ao Mercosul (ver box), muito foi debatido sobre se esse ingresso representaria uma contradição com o Protocolo de Ushuaia que estabelece que todos os membros do bloco devem ser democráticos. As críticas à suposta erosão da democracia no país caribenho se baseiam essencialmente no tom militarista, personalista e confrontativo do discurso do presidente Hugo Chávez. De fato, se a realidade do sistema político venezuelano incorporasse automaticamente o discurso do líder, o autoritarismo poderia ser uma das marcas do regime. No entanto, uma análise mais apurada, revela um dinamismo muito mais rico e complexo em que interagem elementos institucionais e a força de um pluralismo que deixa pouca margem para concluir que estaríamos frente a uma ditadura de esquerda ou uma "democracia totalitária", como alguns críticos dizem.

Quando Hugo Chávez foi eleito pela primeira vez em 1998, sua principal bandeira política foi a refundação

institucional do país através da convocação de uma Assembléia Constituinte. A Constituição de 1999, fruto desse processo, de fato representou uma reviravolta nas instituições do país e incorporou diversos elementos de democracia direta e participativa aos mecanismos de representação já existentes, o que ampliou consideravelmente as formas de participação e a capacidade de intervenção de diversos atores políticos relevantes nos processos de tomada de decisão. Esses mecanismos passam pela possibilidade de revogação de todos os mandatos eletivos, de apresentar iniciativas de lei sem estar diretamente ligado ao poder Legislativo, a inclusão de organizações civis na nomeação dos encarregados das instâncias de controle e prestação de contas, a obrigatoriedade de submeter a referendo qualquer modificação constitucional e a criação de instâncias de co-gestão para o desenho e implementação de políticas públicas junto aos governos locais.

Durante muito tempo os opositores questionaram a legitimidade da nova constituição e se recusaram a participar em muitos dos mecanismos por ela estabelecidos, tendo boicotado, por exemplo, as eleições legislativas de 2005. Isto permitiu ao presidente Chávez obter a totalidade da representação na Assembléia

Nacional para deputados afins ao governo, fato muitas vezes alardeado como prova de que não existiria oposição e que as instituições seriam uma fachada para uma ditadura de fato. Mas, apesar da explícita relutância de Chávez a conviver com adversários competitivos na mesma arena política, quem de fato tentou interromper o processo democrático foi a coalizão opositora que, em 2002, tentou derrubar o presidente mediante um golpe de Estado. Aos poucos, porém, as diferentes facções da oposição se persuadiram da utilidade de usar dos mecanismos constitucionais para concorrer com o projeto político presidencial, conseguindo inclusive ganhos significativos na conquista de posições de poder e de espaços de influência em oposição ao processo de transformações governista.

Por exemplo, em 2007, quando o presidente Chávez apresentou uma proposta de reforma constitucional que alterava significativamente a carta magna, mas que pelas regras presentes na constituição, precisariam ser submetidos a referendo popular para entrar em vigor, a oposição se articulou em comitês de campanha pela rejeição da reforma e derrotou pela primeira vez o presidente em uma votação nacional. Chávez, por sua vez, reconheceu a derrota imediatamente, ainda que culpando os altos níveis de abstenção, e saudou

a incorporação da oposição ao jogo democrático. Esse processo de incorporação ao jogo institucional prosseguiu com as eleições regionais de 2008 onde, apesar de o governista Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) ter obtido a maioria dos cargos, os candidatos opositores conseguiram eleger prefeitos e governadores nas cidades e estados de maior importância demográfica e econômica do país. Hoje, estados como Zulia e sua capital Maracaibo, de onde vem a maior parte da riqueza petrolífera do país, assim como quatro dos cinco municípios que conformam a capital Caracas estão nas mãos da oposição como produto de um processo de eleição popular. Em Chacao, que é um dos municípios caraquenhos de incontestável hegemonia opositora, o prefeito Emilio Graterón resolveu inclusive apostar na ativação dos mecanismos de democracia participativa para defender a construção de um centro cívico à revelia do governo central, que chegou a interditar a obra com tropas da Guarda Nacional. Legitimado o projeto mediante a realização de uma assembléia de cidadãos, instância prevista na constituição, Graterón anunciou em início de novembro a retomada do projeto. E para as próximas eleições legislativas, previstas para setembro de 2010, grupos da oposição têm se articulado para apresentar candidatos

únicos e vêm se mostrando bastante esperançosos quanto à possibilidade de obter uma bancada de tamanho considerável e já reconhecem abertamente como um equívoco o boicote realizado em 2005.

O fato de que Hugo Chávez pareça ter controle absoluto sobre o processo político venezuelano advém de seu estilo reconhecidamente personalista e do fato de que ele inegavelmente tem amplo apoio popular, razão pela qual consegue exercer uma forte liderança na política do país. No entanto, a dinâmica institucional se mantém suficientemente permeável à participação opositora, como mostram os casos mencionados acima. Assim, apesar do verticalismo da liderança de Chávez, é possível afirmar que a

democracia venezuelana está em funcionamento e há mecanismos institucionais que criam consideráveis constrangimentos a hipotéticos desvios anti-democráticos de qualquer lado. A roupagem institucional do Mercosul, com seu Protocolo de Ushuaia, sem dúvida acrescentaria ainda mais garantias nesse sentido, como já reconhece, por exemplo, Antonio Ledezma, prefeito metropolitano de Caracas e uma das principais lideranças opositoras. Ele, que ainda em maio chegou a escrever uma carta aos senadores brasileiros contrária à adesão da Venezuela ao bloco, já pediu a aprovação e reconheceu que a democracia venezuelana só tem a ganhar com o ingresso ao Mercosul.

#### **A importância da Venezuela no Mercosul**

*Regina Kfuri*

Na terça-feira 15 de dezembro de 2009, o Senado brasileiro finalmente aprovou a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Após mais de três anos de discussão, o protocolo assinado em 2006 recebeu 35 votos favoráveis e 27 votos contrários. Para que a Venezuela se torne efetivamente membro do bloco, ainda é preciso esperar a aprovação do parlamento paraguaio, que adiou a votação. Em agosto desse ano, o governo do Paraguai retirou um pedido encaminhado ao Congresso Nacional para que aprovasse o ingresso da Venezuela no Mercosul, pois de acordo com os membros do Executivo, o ambiente paraguaio não estaria favorável à realização da votação. Por este motivo, o presidente da República, Fernando Lugo, teria optado por retirar o pedido, de modo a adiar o pleito.

O processo de tramitação no Congresso brasileiro foi longo. O Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul foi assinado em 04 de julho de 2006 e enviado em seguida ao Legislativo. Argentina e Uruguai aprovaram rapidamente o documento, mas desde então ficaram pendentes as posições de Brasil e Paraguai. A Câmara dos Deputados do Brasil só aprovou o protocolo em 17 de dezembro de 2008, por 256 votos favoráveis, 61 contrários e 6 abstenções. O principal argumento da oposição para adiar e votar contra a entrada do país no bloco era a alegação de que o regime do presidente Hugo Chávez seria autoritário e ditatorial. Segundo esse argumento, a adesão da Venezuela sob tal liderança considerada não-democrática feriria o protocolo de Ushuaia.

Apesar da demora em aprovar a matéria, a notícia é positiva e deve ser comemorada. Prevaleceu a visão de que o país andino é um parceiro importante na região. As relações entre Brasil e Venezuela são cada vez mais estreitas e isso se traduz em um comércio bilateral que soma US\$ 5 bilhões, sendo a Venezuela atualmente o segundo principal destino das exportações brasileiras na América do Sul. É também significativa a cooperação na área energética. Politicamente isso também pode ser notado. Desde que assumiu o cargo, em 1999, o Brasil foi o país mais visitado pelo presidente Chávez. Esta relação intensificou-se ainda mais a partir de 2003, já durante a presidência de Lula e depois da iniciativa brasileira de apoiar a estabilização da situação doméstica venezuelana com a criação de um Grupo de Amigos da Venezuela.

Além das relações bilaterais, o alargamento do Mercosul pode representar também o reforço do bloco regional. Com a incorporação do novo membro, o Mercosul passaria a ter 270 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 1,8 trilhão. Ao contrário de representar uma ameaça, a incorporação da Venezuela reforça a importância das instituições em sua função de aumentar a transparência de maneira a acomodar os interesses e a cooperação no interior da região. O alargamento do Mercosul, assim como a criação de novas instituições regionais, sinaliza a disposição dos Estados em cooperar e coordenar seus interesses, de maneira a fortalecer a democracia e a estabilidade na América do Sul.

## Estabilidade política

### **Os limites da alternância: a crise no governo Lugo e os riscos para a democracia paraguaia**

*Mayra Goulart*

As eleições de 20 de abril de 2008 constituíram-se como um marco na história recente do Paraguai. Após uma ditadura de 54 anos, conduzida de modo tripartite por Alfredo Stroessner, pelo Exército e pelo Partido Colorado, também chamado de Aliança Nacional Republicana (ANR), o país iniciou seu período de redemocratização com um golpe, ensejado por um grupo de generais liderado por André Rodríguez, em 1989. Após destituir Stroessner, Rodríguez permaneceu no poder até 1993 quando este foi transferido para as mãos de um civil, Juan Carlos Wasmosy, também membro da ANR. Com isso, saíram de cena dois pilares da ditadura paraguaia, isto é, Stroessner e o Exército. O terceiro pilar, contudo, foi afastado apenas em 2008, quase vinte anos depois de iniciado o processo de transição democrática, com a vitória de Fernando Lugo, primeiro presidente da República em mais de 60 anos não vinculado ao Partido Colorado. Por esse motivo, o triunfo de Lugo foi recebido como o derradeiro desfecho dos anos de chumbo no país.

Essa conquista, todavia, teve de superar diversos obstáculos, pois, além das dificuldades financeiras<sup>1</sup> e do subdesenvolvimento, o Paraguai sofre com a carência de lideranças genuinamente comprometidas com as regras institucionais, com a falta de cultura democrática por parte das oligarquias econômicas e com a pouca abertura para a atuação de forças de oposição. Por conseguinte, se o governo Rodríguez foi responsável por permitir a transição institucional para as regras democráticas, apenas no governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) é que estas foram respeitadas sem irrupções autocráticas, haja vista terem ocorrido tentativas de golpe em 1994, 1996 e 2000. Dessa forma, considerando o processo de (re) institucionalização da democracia como constituído por três etapas: transição, estabilização e alternância; é possível argumentar que a chegada ao poder de um candidato não colorado e com um projeto fortemente ligado à temática da mudança seria a primeira chance do Paraguai de atestar sua conclusão. Com a eleição de Lugo, a população declarou seu desejo de concretizar uma transformação estrutural, tanto no âmbito econômico como político. A possibilidade de que seu governo tente realizá-las sem ser interrompido

<sup>1</sup> O Paraguai disputa com a Bolívia o posto de país mais pobre da região.

por iniciativas golpistas por parte dos descontentes é fundamental para indicar a confiabilidade nas instituições e na própria democracia, pois esta não pode ser descartada, ou contornada, sempre que contrariar os interesses das elites dominantes.

A capacidade do governo Lugo de efetivamente implementar essas transformações esbarra em dois obstáculos: a falta de maioria de sua coligação no Congresso, e a instabilidade de sua base de sustentação. A composição no Congresso é desfavorável à Aliança Patriótica para a Mudança (APC, na sigla em espanhol), coligação de partidos formada para o apoio da candidatura e do governo de Lugo, que conta com 17 senadores e 31 deputados. A oposição<sup>2</sup>, por sua vez, dispõe de 28 cadeiras no Senado e 49 na Câmara dos Deputados. O segundo problema diz respeito ao caráter ambíguo do principal membro da APC, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), cujo apoio aos projetos do governo tem se mostrado frágil. O PLRA ao lado da ANR são as duas agremiações políticas mais tradicionais<sup>3</sup> do país, sendo ambas

compostas por inúmeras facções, em sua maioria lideradas por clãs regionais. Nos dois partidos a coesão interna é fraca, havendo dificuldades de determinar um comportamento unívoco de suas bancadas no Congresso. No caso do PLRA, a questão torna-se ainda mais complexa, pois o partido possui 43 dos 48 congressistas da APC, o que torna o seu apoio uma condição *sine qua non* para a aprovação dos projetos encaminhados pelo Executivo. Por isso, as restrições de algumas facções liberais em posicionar-se ao lado do governo nas votações têm sido uma das principais dificuldades do presidente, uma vez que os problemas para obter a aprovação de suas medidas contribuem para a percepção, generalizada no país, de que este pouco tem feito para realizar suas propostas de campanha.

Diante do descontentamento de algumas parcelas da população vem se configurando no país um clima de instabilidade e desconfiança quanto à possibilidade de que Fernando Lugo não consiga manter-se no poder até o término de seu mandato em 2013. Tais suspeitas iniciaram-se já em setembro de 2008, depois de uma declaração de Lugo, durante uma conferência de imprensa, denunciando a realização de uma reunião com supostas pretensões golpistas, na casa do presidente do Unace, Lino

<sup>2</sup> Como oposição estão sendo enquadrados os partidos: Colorado, União Nacional dos Cidadãos Éticos (Unace) e Pátria Querida (PPQ).

<sup>3</sup> O Partido Colorado e o Partido Liberal, que posteriormente foi denominado de Partido Liberal Radical Autêntico, são as principais forças políticas do país desde o início do século XX.

César Oviedo<sup>4</sup>. O encontro teria contado com a presença de Nicanor Duarte Frutos, do então presidente do Senado, Enrique González Quintana, do ministro do Tribunal Supremo de Justiça Eleitoral (TSJE) Juan Manuel Morales, e do promotor geral, Rubén Candia Amarilla.

Tais suspeitas ganharam maiores proporções quando, em 04 de novembro de 2009, o mandatário destituiu os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, um dia após ter manifestado uma preocupação quanto à possível existência de grupos no interior das Forças Armadas vinculados a setores políticos com pretensões golpistas. Apesar de Lugo ter reiterado que os militares não representam perigo para a o regime democrático, o evento foi significativo para levantar suspeitas de que a estabilidade política do país poderia estar em risco. Primeiramente por ter sido a quarta vez, em pouco mais de um ano de governo, que o presidente trocou os comandantes das Forças Armadas, algo passível de ser encarado como um indício de que sua confiança nos militares não é tão resoluta quanto indicariam suas declarações. Soma-se a isso, o fato de que a oposição, nas semanas anteriores a esta última troca, já estava levantando a hipótese de instaurar um processo de *juicio*

*político* com o objetivo de destituir o presidente.

Tal processo, análogo ao impeachment, é previsto pelo artigo 225 da Constituição paraguaia, segundo o qual o presidente poderá ser afastado por mal desempenho de suas funções ou por delitos cometidos durante mandato. De acordo com a legislação, a acusação deve ser formulada pela Câmara dos Deputados, com a sanção de dois terços de seus membros. Em seguida, a demanda seria encaminhada e julgada pelo Senado Federal que, em caso de aprovação por maioria absoluta de dois terços, pode declarar o mandatário culpado e destituí-lo do cargo.

Não obstante, as mobilizações em prol do processo político dedestuição de Lugo só se deflagraram de modo determinante após o seqüestro do pecuarista Fidel Zavala, em 15 de outubro, apontado como indício de que o governo não seria capaz de manter a segurança pública no país. O crime ganhou fortes repercussões políticas por ter sido perpetrado por um grupo guerrilheiro denominado Exército do Povo Paraguaio (EPP), responsável por inúmeros atentados à ordem, dentre eles a detonação de uma bomba no interior do Palácio da Justiça, em 29 de abril. O grupo, que teria como origem uma dissidência armada do Partido Pátria Livre (PPL),

---

<sup>4</sup>Oviedo foi o articulador das três últimas tentativas de golpe de Estado no país.

foi denominado publicamente em março de 2008, durante uma entrevista de imprensa concedida por Carmen Villalba, condenada pelo sequestro de María Edith de Debernardi em 2001, que se proclamou porta-voz do grupo. O EPP surgiu como um movimento socialista em defesa das classes oprimidas, sobretudo dos camponeses, e teria como objetivo inicial a queda do Partido Colorado e uma virada radical à esquerda no país. Todavia, declararam-se inimigos de Fernando Lugo, quando seu governo entrou em confronto com camponeses durante desalojamentos ocorridos em assentamentos ilegais. De acordo com uma declaração do ex-secretário geral do PPL, Dionisio Olazar, à Polícia Nacional o grupo teria entre 400 e 500 membros.

Ainda em outubro, Lino Oviedo foi a público demandar a destituição de Lugo por ter se omitido no caso do seqüestro de Zavala e por ser incapaz de lidar com o EPP, o que segundo o presidente do Unace poderia abrir caminho para o seqüestro de autoridades políticas e jornalistas. A proposta recebeu o apoio imediato do deputado Juan José Vázquez, do Partido Colorado. No entanto, a presidente da ANR, Lilian Samaniego, reiterou que as demandas do partido pelo afastamento do mandatário não são conseqüências do caso Zavala, mas dos problemas de gestão do

governo. Sendo assim, os colorados realizaram, em 05 de novembro, uma convenção interna, na qual ficou decidido que o partido dará início às negociações para conseguir o apoio necessário para aprovar no Congresso o pedido de *enjuiciamiento* de Lugo. Entretanto, o elemento mais peculiar da convenção, que ressalta sua importância política, foi a participação da presidente do PLRA, Amanda Núñez. Esta foi a primeira vez que o titular do Partido Liberal participa de uma convenção colorada, o que ressalta o caráter ambíguo de sua agremiação, no tocante ao posicionamento perante um possível processo de *impeachment* de Lugo, em relação ao qual os votos dos liberais seriam cruciais.

Existem fortes indícios de que o presidente não poderá contar com tal apoio, haja vista a declaração de Núñez ao final da reunião, ressaltando a importância de que os "partidos tradicionais" permaneçam unidos em momentos delicados como o presenciado atualmente no Paraguai. Outro indício, que depõe contra a lealdade dos liberais, é o fato de uma das principais vozes em favor do afastamento de Lugo ser o senador liberal Alfredo Jaeggli, que chegou a pedir a renúncia do presidente para impedir uma ruptura institucional, tendo em vista a existência concreta de um plano golpista para derrubá-lo. Nesse sentido, levando em conta a

veemência das declarações do senador, Aída Robles, deputada eleita pelo Partido Popular Tekojoja (PPT) e coordenadora do Movimento de Participação Cidadã, encaminhou em 29 de novembro, uma denúncia à Promotoria Geral do Estado demandando a abertura de um inquérito para averiguar a existência do suposto plano golpista enunciado por Jaeggli.

Por fim, a ambigüidade do apoio dos liberais a Lugo não se restringe ao Legislativo, posto que o vice-presidente da República, Federico Franco, membro do PLRA, há meses tem feito contundentes críticas ao governo junto à mídia e tem sido apontado por jornalistas, políticos e analistas paraguaios como o principal articulador das negociações em prol do *impeachment* do mandatário. Franco, entretanto, nega estar mobilizando forças para abrir um processo político contra o presidente, embora não tenha se declarado definitivamente contrário a ele.

A dificuldade em conseguir a adesão do Legislativo e o risco de que estes entraves proporcionem um descontentamento geral, inclusive em relação às classes populares, incentivam o presidente a refletir sobre alternativas para reduzir o problema. Em diversos discursos e entrevistas, Lugo tem esclarecido sua posição a favor de reformas legais

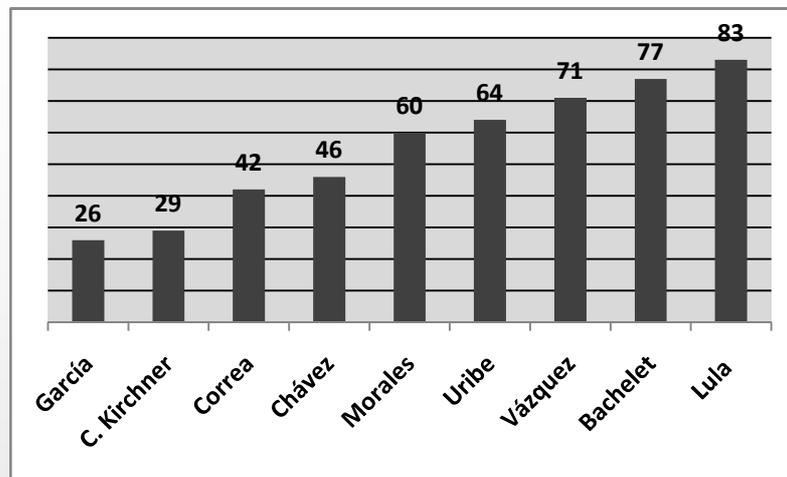
que permitam uma maior capilaridade do sistema jurídico-político paraguaio quanto à participação popular. A chance de recorrer a consultas plebiscitárias para encaminhar propostas de lei, aprovar medidas governamentais e até mesmo projetos de orçamento econômico permitiria uma menor dependência em relação a um Congresso Nacional amplamente desfavorável à realização de mudanças estruturais no país, para as quais Lugo foi eleito. Talvez a democracia participativa, que estimula civicamente a população envolvendo-a de modo mais direto no processo político, seja uma forma mais segura de resguardar a liberdade democrática em um país onde grande parte dos representantes não se encontra de fato comprometida com ela.

A possibilidade de que Lugo não termine o mandato evidencia, portanto, a fragilidade da democracia paraguaia, e coloca em dúvida se o Paraguai teria conseguido transpor a terceira e última etapa de seu processo de redemocratização.

## Aprovação dos Presidentes da América do Sul

Flávio Pinheiro

**Gráfico 1: Aprovação dos presidentes da América do Sul (Set./Nov. 2009)**



Em relação aos números apresentados no Boletim OPISA anterior, houve pouca alteração do nível de aprovação dos presidentes da América do Sul. Luiz Inácio Lula da Silva (Novembro/Brasil), Tabaré Vázquez (Novembro/Uruguai) e Cristina Kirchner (Setembro/Argentina) mostraram sensível aumento. Já os presidentes Michelle Bachelet (Novembro/Chile), Álvaro Uribe (Novembro/Colômbia) e Rafael Correa (Novembro/Equador) sofreram queda nos níveis de aprovação. Alan García (Novembro/Peru), por sua vez, não apresentou alterações. Em razão da ausência pesquisas atualizadas, os números de aprovação de Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela) são os mesmos da publicação anterior e são referentes aos meses de setembro e outubro, respectivamente.

A ausência de número referente ao presidente paraguaio, Fernando Lugo, deve-se à impossibilidade de comparação entre as últimas pesquisas sobre sua aprovação e aquelas sobre os demais presidentes. Enquanto todas as pesquisas acima apresentadas seguem um mesmo padrão de pergunta ao entrevistado (aprova ou desaprova), a indicação mais atualizada sobre Lugo segue outro critério (Muito bom/Bom – Regular – Ruim/Muito Ruim). Nesse sentido, em investigação realizada no mês de novembro, 16,7% dos entrevistados avaliam o governo Lugo como Muito Bom/Regular; 57,8%, como Regular; e 20% como Ruim/Muito Ruim.

Os números apresentados são dos seguintes institutos: Poliarquia (Argentina), Ipsos Apoyo (Bolívia), Ibope (Brasil), Adimark (Chile), Invamer Gallup (Colômbia), Cedatos (Equador), GEO (Paraguai), Ipsos Apoyo (Peru), Data Analysis (Venezuela) e Equipos Mori (Uruguai). Para as séries históricas dos números de aprovação presidencial de Bolívia (2003-2009), Brasil (1995-2009), Chile (1990-2009), Colômbia (1994-2009), Equador (2007-2009), Peru (1985-2009) e Venezuela (1999-2009), ver link: <http://observatorio.iuperj.br/indicadores.htm>

### Governança da Internet

#### A reforma da ICANN sob ponto de vista do governo brasileiro

*Daniel Oppermann*

Na regulação global da internet, o ano 2009 testemunha um evento crucial para o Brasil e todos os países na América do Sul, além de outras regiões do mundo. No dia 30 de

setembro, a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) decidiu substituir o Joint Project Agreement (JPA) pelo Affirmation of Commitments (AoC), que agora vai representar a estrutura contratual entre a organização e o Departamento de Comércio (DOC) dos EUA. Nos últimos anos, as relações entre o governo dos EUA e a ICANN

foram consideradas por um grande número de governos no mundo como uma forma de controle unilateral sobre a internet. Como consequência, a democratização do controle da ICANN tornou-se um dos assuntos principais na agenda global para a governança da internet e também para o governo brasileiro, que já durante o processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação enfatizou “a necessidade de uma forma multilateral, transparente e democrática na governança da internet.” (NOGUEIRA 2004). Essa posição é válida até 2009, o ano no qual aconteceu o quarto e penúltimo Fórum de Governança da Internet, em Sharm el-Sheikh no Egito.

Logo depois do fórum em novembro, o secretário do Itamaraty Vitor Hansem (Divisão da Sociedade da Informação, criado em 2008) declarou em entrevista ao autor que o governo brasileiro está continuamente apoiando a abordagem multissetorial/multistakeholder no processo da governança da internet. Essa abordagem preconiza a participação de vários atores diferentes dos três grandes grupos de interesse na política internacional, ou seja, o setor público, o setor privado e o terceiro setor (a sociedade civil). A idéia da governança multissetorial está baseada no respeito dos atores diferentes aos membros dos outros setores e na igualdade deles em

relação a participação nos processos de discussão e também de decisão. O reconhecimento de todos os participantes como parceiros iguais é fundamental para o caráter democrático do processo.

No caso da ICANN, que é responsável por algumas questões centrais em relação à internet, como o sistema de nomes de domínios e os números de protocolo da internet (IP), o fator democrático sofreu desde sua fundação por causa do desequilíbrio de controle e influência. Um dos pontos criticados pelo governo brasileiro é que a ICANN representa uma entidade sob a lei de um estado nacional (EUA, mais especificamente a lei da Califórnia) que tem controle sobre recursos que afetam a internet em todos os países do mundo como os domínios genéricos (gTLDs), por exemplo .com, .org, .net, e os códigos de países (ccTLDs), por exemplo .br, .ar, .cl. Além disso, a ICANN tinha, através do JPA, a obrigação de reportar-se somente para uma entidade do governo dos EUA, o Departamento de Comércio, ignorando não só os interesses legítimos dos outros governos, mas também de todos os atores restantes do setor privado e da sociedade civil. Do ponto de vista do governo americano, o controle pelo DOC garantia certa forma de estabilidade para o funcionamento da internet, já que o país possui uma estrutura de

telecomunicações bem elaborada. Outro argumento é o papel importante e os investimentos grandes do governo dos EUA no desenvolvimento da internet, começando com a ARPANET em 1969, conectando quatro universidades nos EUA.

Outra crítica do governo brasileiro à ICANN foi a função do Conselho Assessor Governamental (GAC). O GAC oferece a possibilidade para governos (e organizações intergovernamentais) de participar nos processos da ICANN influenciando decisões políticas sobre o sistema de nomes de domínios e outros aspectos no âmbito da corporação. Em novembro de 2009, o GAC tinha 109 membros, dos quais 40 eram considerados membros ativos. A possibilidade do GAC influenciar as decisões da ICANN se dava principalmente através de conselhos direcionados à diretoria. Desde 2002, era quase uma obrigação para ICANN seguir os conselhos do GAC. Segundo as próprias regulações da ICANN, uma rejeição significaria abrir um novo processo de negociações com o GAC para conseguir uma decisão comum, o que deixou influência do GAC maior do que de outros comitês (IGP 2008). Mesmo assim, do ponto de vista do governo brasileiro, o comitê foi considerado "bastante fraco, havendo poucas condições para o exercício da responsabilidade dos governos nos

temas de políticas públicas no âmbito da ICANN. (entrevista com Vitor Hansem).

Já antes das eleições presidenciais nos EUA em 2008, analistas articularam a possibilidade de que, caso o candidato Obama ganhasse as eleições, teria pela primeira vez a chance de fazer o próximo passo na democratização da internet. Durante os primeiros meses depois das eleições, não ficou claro qual decisão o DOC ia tomar a esse respeito. A própria ICANN era a favor de liberar a organização do JPA, já que o acordo tinha caráter temporário, com o objetivo de preparar a ICANN para sua própria independência do governo dos EUA. Quando o primeiro acordo entre a ICANN e o DOC foi assinado em 1998, o governo enfatizou que o processo de transição do DNS para o setor privado deveria ser terminado até o dia 30 de setembro de 2000 (DOC 1998). Com as prorrogações permanentes do JPA o processo levou mais de nove anos.

No seu relatório anual de 2008, a ICANN confirmava mais uma vez sua maturidade para continuar independente do DOC:

"The Joint Project Agreement (JPA) between the United States Government and ICANN has as its purpose the transition of the Internet Domain Name System (DNS) to private sector multistakeholder leadership. ... The Board of ICANN believes the JPA has helped ICANN become a stable organization and that ICANN is meeting

its responsibilities. Concluding the JPA in September 2009 is the next logical step in transition of the DNS to private sector management." (ICANN 2008, p. 37)

Essa idéia foi também apoiada por um grande número de pessoas dentro da comunidade da internet. Um deles foi Hartmut Glaser, professor na Escola Politécnica da USP e Diretor Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Segundo Glaser, é necessário substituir o JPA com um novo modelo desenvolvido nos últimos anos, um sistema que é "coordinated not controlled" (GLASER 2008).

Depois de meses de discussões e especulações, o JPA foi substituído pelo Affirmations of Commitment (AoC). O contrato foi assinado no dia 30 de setembro de 2009 por Rod Beckstrom (Presidente da ICANN) e Lawrence E. Strickling (Secretário Assistente da National Telecommunications and Information Administration, NTIA / DOC). Essa decisão pode ser considerada um passo crucial para acabar com a influência unilateral dos EUA sobre alguns dos recursos principais de controle da internet. O problema de que o comando da ICANN sobre a rede global indicava o controle de um único país sob a internet não foi resolvido, porque o novo contrato também foi desenvolvido e assinado pela ICANN e o DOC, sem consultar outros atores do ambiente multissetorial. Mas o problema foi

minimizado, porque o AoC acabou com a obrigação de entregar um relatório de atividades exclusivamente para o DOC. Agora, a cada três anos, uma avaliação deve ser feita por grupos chamados pelo Presidente da ICANN e pelo diretor do GAC. Isso não pode ser chamado de uma solução perfeita, porque mesmo que a transparência no trabalho desses grupos seja considerada um fator importante, as avaliações do trabalho da ICANN vão ser feitas por pessoas da própria ICANN que têm a confiança do Presidente. Uma avaliação externa poderia gerar resultados diferentes.

Para o Brasil, o final do JPA pode ser considerado um sucesso. De que maneira o AoC vai ser implementado para beneficiar a participação dos atores brasileiros (e de outros países) vai ser visível em alguns anos, quando uma prática for estabelecida para realizar o novo contrato. O fato de que o AoC não foi desenvolvido num ambiente multissetorial é um ponto fraco, com o qual vai sofrer nos próximos anos. Outro aspecto articulado pelo Secretário Vitor Hansem do Itamaraty é o problema de a organização continuar sob a lei da Califórnia. Segundo Hansem, o governo brasileiro enfatiza a importância de "dotar o sistema ICANN de instrumentos jurídicos que o tornem responsável perante o direito internacional - ou seja,

identicamente responsáveis perante todos os países.”

### Referências bibliográficas

DOC 1998: United States Department of Commerce: Management of Internet Names and Addresses (ICANN White Paper), Docket Number: 980212036-8146-02, junho 1998  
<http://www.icann.org/en/general/white-paper-05jun98.htm> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

Glaser, Hartmut 2008: Comments on Midterm Review of Joint Project Agreement, email escrito para a NTIA no dia 7 de fevereiro de 2008  
[http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/jpacomments2007/jpacomment\\_044.pdf](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/jpacomments2007/jpacomment_044.pdf) (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

ICANN 2008: Annual Report, 31 de dezembro de 2008  
<http://www.icann.org/annualreport/annual-report-2008-en.pdf> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

IGP 2008: Comments of the Internet Governance Project on the continued transition of the technical coordination and management of the Internet's Domain Name and Addressing System: Midterm Review of the Joint Project Agreement,  
[www.internetgovernance.org/pdf/IGP-JPA-08-comments.pdf](http://www.internetgovernance.org/pdf/IGP-JPA-08-comments.pdf) (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

NOGUEIRA VIANA, JOSE MARCOS 2004: Posição oficial do Brasil sobre Governança da Internet, Editora: Governos, October 6, 2004  
<http://www.latinoamericann.org/?q=node/1768> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

### A necessidade de investigar a segurança cibernética no Brasil

*Daniel Oppermann*

Nos últimos três anos a utilização das tecnologias de informação e da comunicação (inclusive a internet) cresceu continuamente no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2009 mostra que a parte da população que tem acesso a internet aumentou 75,3% entre 2005 e 2008. Segundo o IBGE, atualmente 34,8% da população com mais que 10 anos de idade têm acesso à internet. Outras pesquisas, como do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), provam as mesmas tendências. Segundo a última pesquisa anual (2009), feita pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e da Comunicação (CETIC), uma entidade de pesquisa do CGI, houve um crescimento anual de 18% em média no número de domicílios com computador. Paralelamente, cresceu 2% o número de domicílios com acesso à internet. A diferença entre os dados do CGI e do IBGE pode ser explicada pelo fato de que uma boa parte da população tem acesso online ou no trabalho ou em um cyber café, uma das microempresas que tiraram bastante proveito do boom digital. Segundo o CGI, quase três quartos (71%) dos domicílios com computador têm acesso à internet.

No setor econômico os números são mais altos ainda. A pesquisa do CGI mostra que 94% das empresas com 10 ou mais empregados usam computadores. Entre as empresas maiores (50 ou mais empregados) esse número chega a 100%. 97% das empresas com computadores têm acesso à Internet. Num ambiente econômico crescente, como é o caso no Brasil, essas empresas também dependem da segurança das redes para proteger as próprias informações, os dados dos clientes e para garantir meios seguros de transações financeiras nacionais e internacionais.

Os prognósticos mostram que nos próximos anos o Brasil (junto com outros países na América do Sul) vai continuar nesse caminho de crescimento digital. Por isso, está na hora de pensar sobre as necessidades e obrigações que acompanham esse desenvolvimento. Uma delas é a tematização da segurança cibernética, um tema que inclui mais que somente a instalação de um programa anti-vírus. O conceito da segurança cibernética também chega à necessidade de proteger as próprias redes nacionais contra acessos ilegítimos. Durante os últimos anos, aconteceu uma série de ataques virtuais contra a infra-estrutura crítica em vários países do mundo, como na Estônia, na Geórgia e em outros países, principalmente na Ásia, na Europa e na América do Norte. Mas também instituições ou redes brasileiras já sofreram ataques virtuais. Por exemplo, em novembro de 2008, a rede da embaixada brasileira na Índia foi invadida. Em outros casos, computadores no Brasil participaram, sem conhecimento de seus usuários, de ataques virtuais contra outros países através de botnets (redes de computadores conectados sem conhecimento dos proprietários com o objetivo de prejudicar outras redes).

Analistas de segurança estão cada vez mais enfatizando que a segurança cibernética é um dos grandes desafios dos próximos anos. Não simplesmente para especialistas da informática, mas também para representantes do governo e instituições acadêmicas. O Brasil não pode mais esperar, tem que perceber que esses problemas existem e vão prejudicar o próprio desenvolvimento político, econômico e social se eles não forem efetivamente investigados.

## **Painéis – maio e junho de 2009**

### **Argentina**

#### **Organizações sociais protestam em Buenos Aires.**

02/11 – Organizações sociais do conurbano de Buenos Aires tomaram a Avenida 9 de Julho, uma das principais do centro da capital da Argentina, e acamparam em frente ao Ministério de Desenvolvimento Social para reivindicar a inclusão no plano de novos empregos, anunciado em agosto de 2009 pela presidente do país, Cristina Kirchner. Em 03/11, sindicatos de professores dessa província convocaram outra paralisação (a primeira, em 29/10), para pedir aumento e novo piso salarial. Pela segunda vez em 24 horas, na madrugada de 04/11, o Sindicato dos Caminhoneiros, liderado por Pablo Moyano, comandou um bloqueio em gráficas e distribuidoras dos jornais La Nación e Clarín por melhorias salariais e pela adesão dos cooperados ao acordo coletivo de trabalho da categoria. Por quatro dias consecutivos, a medida se repetiu e incluiu ações na unidade de distribuição da revista Notícias e nas cooperativas Mariano Acosta, Pirincho e Julio Cristaldo. Em 05/11, funcionários da Metrovías paralisaram o metrô por mais de 12 horas, exigindo autonomia como sindicato. Nesse mesmo dia, houve passeata da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), de funcionários da Saúde, de professores e de operários da Construção Civil.

#### **Cristina Kirchner recebe presidente de Israel, Shimon Peres.**

16/11 – A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, reuniu-se com o presidente de Israel, Shimon Peres, na Casa Rosada, para a assinatura de acordos bilaterais. Em entrevista coletiva, Cristina ratificou a posição argentina pelo reconhecimento do Estado da Palestina e pelo direito de Israel a viver com segurança em suas fronteiras. Defendeu ainda a autodeterminação de cada país, em referência ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e seus vínculos com o iraniano Mahmud Ahmadinejad. Já Peres pediu que os atentados à Associação Mutual Israelita-Argentina (Amia) e à embaixada de Israel não sejam esquecidos. Nesse sentido, Cristina disse que seu governo insistirá na extradição dos iranianos acusados de envolvimento no ataque à Amia. Em 13/11, membros da Convergência de Esquerda protestaram, em frente à embaixada de Israel, contra a visita de Peres, a segunda que ele faz ao país, sob forte esquema de segurança. A primeira foi em 1994, como chanceler do então premier Yitzhak Rabin. Chaim Herzog foi o último presidente israelense a visitar a Argentina, em 1989. Em 23/11/09, Cristina se reunirá com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmud Abbas.

#### **Cristina e Lula reduzem o prazo para a emissão de licenças não-automáticas de importação.**

18/11 – A presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, e o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, comprometeram-se a reduzir para 60 dias o prazo máximo de emissão de licenças não-automáticas de importação. O acordo foi anunciado após reunião dos presidentes em Brasília. No encontro, Cristina e Lula também decidiram criar um mecanismo para aumentar a transparência das licenças e determinaram a realização de reuniões ministeriais, a cada 45 dias, e presidenciais, a cada 90 dias. O acordo entre foi firmado após o anúncio do governo brasileiro, em 28/10, de que recorreria à Organização Mundial do Comércio (OMC) para reduzir o prazo de emissão das licenças argentinas, já que o órgão considera ilegal o atraso superior a 60 dias. A escalada de medidas protecionistas teve início em 05/03, quando a Argentina elevou de 58 para 193 os produtos brasileiros sujeitos à aprovação prévia, e culminou com a eliminação, pelo Brasil, de 400

produtos argentinos da lista de licenciamento automático, em 28/10. A ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, afirmou que a reunião contribuiu para reduzir os atritos comerciais entre os países, mas que a Argentina não deve abrir mão de seu desenvolvimento industrial. O novo prazo para as licenças deve entrar em vigor a partir de 2010.

### **Cristina e Zapatero se reúnem na Cúpula Ibero-Americana, em Portugal.**

30/11 – A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, reuniu-se com o premier espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, no balneário português de Estoril, em paralelo à 19ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americana, para discutir o relançamento das negociações entre Mercosul e União Européia (UE). Em entrevista coletiva, Cristina Kirchner declarou que o objetivo é conseguir chegar a um acordo sobre a associação entre os dois blocos antes de maio de 2010, quando será realizada, na Espanha, a cúpula de UE, Mercosul e países da América Latina e Caribe. No encontro do Estoril, os ministros das Relações Exteriores dos países membros do bloco sul-americano (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), de Espanha e de Portugal manifestaram seu alto interesse em retomar esse debate o quanto antes. No discurso de abertura da cúpula, o presidente anfitrião, Aníbal Cavaco Silva, pediu ações concretas e uma maior cooperação inter-regional. A Argentina assume a presidência “pro tempore” do Mercosul em dezembro de 2009, e a Espanha, a da UE, um mês depois. Participam da XIX Cúpula representantes de 19 nações latino-americanas, Espanha, Portugal e Andorra.

### **Deputados eleitos em junho tomam posse.**

03/12 – Os 127 deputados eleitos em 28/06 assumiram seus cargos no Congresso da Argentina, em sessão dedicada à posse, à definição das autoridades da Câmara e à composição das comissões para o próximo mandato. A bancada governista tentou impedir o início da plenária, ausentando-se, mas a oposição conseguiu quórum próprio. A nova legislatura inclui o ex-presidente Néstor Kirchner; a titular da Coalizão Cívica, Elisa Carrió; a ex-vice-prefeita de Buenos Aires Gabriela Michetti; o deputado Francisco De Narváez; e Ricardo Alfonsín, filho do ex-presidente Raúl Alfonsín. A sessão começou com atraso, devido às negociações entre governistas e oposição sobre a distribuição de poder no novo parlamento. Na nova Casa, o governo se torna a primeira minoria, enfrentando 12 forças reunidas em uma oposição majoritária, apesar de heterogênea. A oposição conseguiu o controle de todas as comissões parlamentares, enquanto o governo ficou com a presidência da Câmara, a cargo de Eduardo Fellner. Renovou-se metade dos 257 membros da Câmara e um terço dos 72 do Senado, cujos novos integrantes assumiram na semana anterior. Nas duas Casas, o governo perde maioria absoluta.

### **Produtores rurais reúnem 20 mil em protesto contra governo Kirchner.**

10/12 – Lideranças agrárias da Argentina organizaram um protesto, em Buenos Aires, nos parques de Palermo, que teria reunido mais de 20 mil pessoas, de acordo com os principais jornais argentinos, ou 30 mil, segundo os organizadores. Com discursos contra a pobreza, a insegurança, a corrupção, o clientelismo e o atropelo à imprensa e às instituições, os ruralistas criticaram o governo de Cristina Kirchner e pediram ao novo Congresso, que assumiu suas funções nesse mesmo dia, mudanças profundas para o campo. No ato, integrantes da comissão de negociação das entidades agropecuárias também defenderam que sejam modificadas as leis do Conselho da Magistratura. Deputados nacionais da oposição, como Francisco de Narváez, Felipe Solá e Ramón Puerta (Peronismo Federal), Elisa Carrió (Coalizão Cívica) e Ricardo Alfonsín (União Cívica Radical), participaram do comício. Essa foi a primeira vez que uma convocação do ruralismo contou com a presença das cúpulas das principais entidades empresariais do país, entre elas a Associação Empresária

Argentina (AEA) e a União Industrial Argentina (UIA). O governo Kirchner preferiu evitar a confrontação com o setor agrário e não comentou o evento.

## **Bolívia**

### **Processo de arbitragem internacional por nacionalização de telefônica é arquivado.**

03/11 – A ministra de Defesa Legal das Recuperações Estatais da Bolívia, Cecília Rocabado, comemorou o arquivamento da demanda de arbitragem contra o país interposta pela empresa italiana EuroTelecom no Centro Internacional de Arbitragem de Diferenças sobre Investimentos (Ciadi), ligado ao Banco Mundial, pela nacionalização da empresa Entel em 01/05/2008. O governo boliviano começou o processo de nacionalização da Entel em maio de 2007 ao transferir as ações em mãos dos fundos de pensão privados para o governo e iniciar as negociações com EuroTelecom para a aquisição das ações em mãos da empresa, mas esta se recusou e interpôs o pedido de arbitragem em outubro do mesmo ano. Entretanto, a Bolívia já anunciara sua retirada do Ciadi em 29/04/2007 por questionar a neutralidade do órgão. A posição do governo sempre foi a de que o Ciadi não tinha competência para julgar o pedido da EuroTelecom porque o país já se retirara do órgão. Segundo a ministra Rocabado, o Ciadi finalmente reconheceu que não tem competência para julgar o caso e nenhuma empresa transnacional poderá mais acionar o país no órgão.

### **Ato de campanha pela reeleição de Morales em Santa Cruz termina em violência.**

12/11 – Ato de campanha do partido governista Movimento Ao Socialismo (MAS) na Universidade Autônoma Gabriel René Moreno (UAGRM), em Santa Cruz de La Sierra, terminou em confronto entre estudantes apoiadores do MAS e militantes do Plano Progreso para a Bolívia (PPB), que concorre à presidência com o ex-governador de Cochabamba, Manfred Reyes Villa. O comício inicialmente previa a participação do vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, que cancelou sua ida diante da violência, que envolveu cerca de 120 pessoas, durou cerca de três horas e deixou 14 feridos e prejuízos da ordem de US\$ 40 mil. O presidente Evo Morales acusou os militantes do PPB de terem iniciado a violência e pediu que seus apoiadores não caíssem em provocações. Militantes do MAS presentes ao ato, entre os quais se encontravam a candidata a senadora Gabriela Montañó, o candidato a deputado suplente e professor da UAGRM Mario Peña e o vereador de Santa Cruz Osvaldo Peredo, disseram reconhecer entre os agressores o candidato a deputado pelo PPB, Rafael López, e a candidata a suplente, Jessica Echeverría.

### **Câmara suspende ministra da Corte Suprema e deixa órgão sem quórum.**

19/11 – A Câmara de Deputados da Bolívia suspendeu a ministra da Corte Suprema de Justiça (CSJ), Rosario Canedo, por suposto crime de prevaricação durante o processo de liquidação judicial do BancoSur em 2008, que teria provocado danos de cerca de US\$ 6 milhões ao Estado. Com a decisão da Câmara, Canedo fica suspensa preventivamente da CSJ, que com sua saída fica sem quórum para julgar demandas que necessitem de avaliação pelo plenário do órgão. O caso passa ao Senado que deve confirmar o afastamento ou restituí-la ao cargo. Em 13/05/2009, a Câmara já havia suspendido o então presidente da CSJ, Eddy Fernández, por suposto retardamento de justiça no caso das vítimas do Outubro Negro, revolta popular contra o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Losada em 2003 que resultou na morte de cerca de 70 bolivianos e em mais de 400 feridos. O Senado, entretanto, ainda não conseguiu se pronunciar em definitivo sobre seu afastamento

e Fernández continua suspenso preventivamente. A impugnação de senadores por parte dos advogados das vítimas e de defesa de Fernández tem impedido o quórum para formação da comissão julgadora.

### **Membros de comunidade rural cortam água de planta de cobre em Corocoro.**

25/11 – Um grupo de pessoas da comunidade Sukuipata, no departamento de La Paz, na Bolívia, aterrou um desvio no rio Puentesuelo que abastecia o complexo hidrometalúrgico de Corocoro, cortando o abastecimento d'água do lugar. O complexo mineiro, que pode colocar a Bolívia como terceiro maior produtor de cobre do continente, é fruto de uma parceria entre a estatal Comibol e a empresa sul-coreana Kores e foi inaugurado em 27/10, mas comunidades do entorno vinham denunciando que a planta não contaria ainda com o devido licenciamento ambiental e ameaçavam com bloquear seu funcionamento. Em 22/11, camponeses já haviam entrado em conflito com um grupo de líderes comunitários que negociavam com o governo as compensações ambientais pela mina. No dia 27/11 o governo pôs fim ao corte de água com a assinatura de acordos com as comunidades afetadas através dos quais se compromete a instalar mesas de diálogo para encontrar soluções aos problemas locais, a doar maquinaria para cavar poços de abastecimento comunitários e a realizar estudos ambientais completos sobre os impactos do complexo mineiro.

### **Morales é reeleito presidente da Bolívia com maioria no legislativo.**

06/12 – O presidente da Bolívia, Evo Morales, do partido Movimento ao Socialismo (MAS), foi reeleito com 63% dos votos de acordo com pesquisas de boca de urna realizados pela empresa Equipos MORI. A pesquisa indica que Morales deverá ter maioria de 2/3 na Câmara e no Senado, superando o controle que a oposição manteve sobre a câmara alta em seu primeiro mandato. Morales venceu nos departamentos de La Paz, Potosí, Oruro, Cochabamba, Chuquisaca e Tarija, perdendo apenas em Beni, Pando e Santa Cruz, mas com uma votação bastante superior à obtida em 2005. Foram votados ainda referendos sobre autonomia departamental em Chuquisaca, La Paz, Oruro, Cochabamba e Potosí e de autonomia indígena em 12 municípios. Todos os departamentos aprovaram a autonomia, 7 municípios tornaram-se indígenas, 1 município rejeitou a autonomia e os demais estão indefinidos. A eleição se deu de forma tranqüila e não houve maiores incidentes. Pela primeira vez desde a redemocratização o partido Movimento Nacionalista Revolucionário não lançou candidatos e não terá representação no legislativo.

### **Instituto Nacional de Reforma Agrária desapropria terras em Santa Cruz.**

13/12 – O vice-ministro de Coordenação Governamental da Bolívia, Wilfredo Chávez, anunciou que o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) havia desapropriado 12.587 hectares na província de Guarayos, em Santa Cruz, pertencentes a Yasminka Marinkovic, irmã do ex-líder cívico de Santa Cruz, Branko Marinkovic. As terras serão convertidas em Território Comunitário de Origem (TCO) do povo Guarayo conforme decisão de 04/12 do Tribunal Agrário Nacional. Em 09/12, a família Marinkovic foi notificada oficialmente da decisão e no dia seguinte o vice-ministro de Terras, Alejandro Almaraz, deu prazo até 13/12 para que os ex-proprietários desocupassem a área. As terras foram desapropriadas por não cumprirem com a função econômico-social e por terem sido adquiridas de forma irregular. A Brigada Parlamentar de Santa Cruz e a Câmara Agropecuária do Oriente anunciaram para o dia 14/12 reuniões para discutir a política agrária do governo e firmar posição acerca do caso. De acordo com Oscar Urenda, presidente

da Brigada Parlamentar, além do caso Marinkovic, o objetivo é posicionar-se frente ao governo a respeito do tema terras.

## **Brasil**

### **Ministro da Fazenda propõe ao G-20 Financeiro a coordenação de políticas cambiais.**

07/11 – O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, propôs ao G-20 Financeiro que se estabeleça como fórum de coordenação de políticas cambiais, para evitar a excessiva valorização do câmbio em alguns países. A proposta foi feita durante reunião de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G-20, em Saint Andrews, na Escócia. A declaração de Mantega se deu em um momento em que o governo manifesta preocupação com o impacto da valorização do real sobre as exportações brasileiras. Segundo relatório do banco Goldman Sachs, o real está sobrevalorizado em 50% em relação ao yuan, da China, e em 51% em relação ao dólar dos EUA. O presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, afirmou que o G-20 deveria também tratar dos desequilíbrios no balanço de pagamentos de países com déficits ou superávits crônicos. Durante o encontro, o primeiro ministro britânico, Gordon Brown, sugeriu a taxação de operações financeiras para a criação de um fundo a ser utilizado em momentos de crise. As sugestões, no entanto, não foram incorporadas ao comunicado final do encontro, que adotou um calendário que estabelece abril de 2010 como prazo para discussão de propostas nacionais.

### **Governo acorda com França posição comum sobre mudanças climáticas.**

14/11 – O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da França, Nicolás Sarkozy, anunciaram a posição comum de seus países nas negociações sobre mudança do clima, após reunião bilateral em Paris. Os governantes defenderam a meta global de redução das emissões, até 2050, em pelo menos 50% dos níveis de 1990. Para tanto, comprometeram-se a centrar seus esforços para que os países desenvolvidos adotem metas de redução superiores às assumidas no Protocolo de Quioto, em 1997. Lula e Sarkozy defenderam que os países em desenvolvimento devem contribuir com ações de mitigação e redução do crescimento das emissões, mediante a cooperação dos países desenvolvidos com tecnologias limpas e financiamento ao desenvolvimento sustentável. Os líderes concordaram também sobre a necessidade de EUA e China adotarem compromissos maiores de redução, e anunciaram a intenção de promover uma turnê pela África e Ásia para angariar apoio à proposta. A posição brasileira foi anunciada após a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciar, no dia 10/11, que o Brasil apresentaria na Reunião de Copenhague, em dezembro de 2009, uma proposta de redução em torno de 40% das emissões até 2020.

### **Supremo Tribunal Federal julga procedente a extradição de Battisti, mas deixa decisão final a Lula.**

18/11 – O Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil entendeu, por 5 votos a 4, que a concessão de refúgio político a Cesare Battisti é ilegal, mas determinou que cabe à Presidência da República a decisão sobre a extradição do italiano. Segundo o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, os crimes imputados a Battisti não tiveram conotação política e tampouco prescreveram. Ainda assim, prevaleceu no Supremo a tese de que a decisão não é vinculante, cabendo ao presidente da República decidir sobre a extradição. Battisti havia sido condenado pela Justiça da Itália em 13 de dezembro de 1988, por quatro homicídios cometidos entre 1977 e 1979, período em que vigorava no país um regime de exceção. Em 2007, o governo

italiano protocolou no STF um pedido de extradição, sob o argumento de que Battisti havia sido condenado por crimes comuns e não por crimes políticos, o que resultou em sua prisão preventiva no Brasil. A decisão do Supremo invalida o refúgio político concedido ao italiano em 13/01/09, pelo Ministro da Justiça do Brasil, Tarso Genro. Após a decisão do Supremo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que aguarda um comunicado oficial da corte para pronunciar-se sobre a extradição.

### **Lula e Ahmadinejad defendem desarmamento e não proliferação nuclear durante encontro em Brasília.**

23/11 – O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, declararam-se favoráveis ao desarmamento e à não proliferação nuclear, em comunicado conjunto emitido após encontro dos presidentes em Brasília. Durante a reunião, Lula reafirmou as credenciais democráticas do Brasil, defendeu a criação de um estado palestino, e repudiou a hostilidade declarada de Ahmadinejad a Israel. A mediação do Brasil em conflitos no Oriente Médio havia sido solicitada em 20/11, durante encontro de Lula com o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, e em 11/11, durante reunião de Lula com o presidente de Israel, Shimon Peres. Quatro dias após o encontro, em 27/11, o Brasil absteve-se de votar uma resolução da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovada por 25 dos 35 presentes, que condenou o programa nuclear iraniano. A resolução havia sido proposta pelos EUA, que apresentaram à organização um documento que supostamente comprovava a utilização bélica da energia nuclear no país. Após a reunião em Brasília, Ahmadinejad seguiu para a Bolívia e Venezuela. Lula disse que pretende retribuir a visita até maio de 2010.

### **Governo firma acordo comercial com 22 países em desenvolvimento.**

02/12 – O governo do Brasil anunciou a conclusão de um acordo comercial entre 22 países em desenvolvimento, que deverá reduzir em ao menos 20% as tarifas entre os signatários. O anúncio foi feito durante a 7ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida entre os dias 30/11 e 02/12, em Genebra. Entre os países latino-americanos, o entendimento foi assinado pelos membros do Mercosul, México, Chile e Cuba, que integram o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). China e África do Sul não participaram das negociações, por não integrarem o SGPC. Pelo acordo, os participantes deverão elaborar listas de redução que contemplem ao menos 70% das linhas tarifárias não isentas, que futuramente poderão ser expandidas. As negociações haviam se iniciado em 2004, durante a Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que estimou em até US\$ 8 bilhões o impacto do entendimento sobre o comércio entre os signatários. Segundo o chanceler do Brasil, Celso Amorim, o acordo evidencia que os maiores entraves à finalização da Rodada Doha da OMC são colocados pelos países do Norte, e não do Sul.

### **Ministro da Fazenda anuncia medidas de estímulo à economia.**

09/12 - O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, anunciou a abertura de novas linhas de financiamento e desonerações fiscais como forma de estimular a economia. Grande parte dos empréstimos, anunciados durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), será realizado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que contará com R\$ 80 bilhões adicionais. Os recursos serão liberados ao longo dos anos de 2010 e 2011, prioritariamente para investimentos em infra-estrutura, bens de capital, exportações, e ciência, tecnologia e inovação. O governo anunciou também a prorrogação de isenções fiscais para bens de capital e informática, assim como a

desoneração de bens e serviços relacionados ao setor petroquímico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por fim, Mantega divulgou a criação de uma letra financeira para permitir aos bancos captar recursos de longo prazo. O ministro afirmou que as medidas têm o objetivo de trazer os investimentos ao patamar de 2008, de 20% ao ano. Como visam à expansão da oferta de produtos, Mantega descartou o possível impacto inflacionário das políticas sobre a economia.

## **Chile**

### **Funcionários públicos entram em greve após fracasso de negociações com governo.**

07/11 – Após o fracasso das negociações entre sindicatos e o Ministério da Fazenda e do Trabalho do Chile, ocorrido no dia 06/11, 16 organizações de classe, representando mais de 400 mil funcionários, decidiram iniciar paralisação de 3 dias, a partir de 09/11, para pressionar o governo. Os sindicatos não aceitaram a proposta da gestão da presidente Michelle Bachelet, que ofereceu reajuste de 2,5%, e defenderam aumento de 8%. Além do reajuste, representantes dos sindicatos afirmaram que o governo não cumpriu outras exigências, como a regulamentação dos contratos temporários da administração pública, a provisão de serviços públicos de qualidade e o fim da terceirização na área da saúde. Estão previstas para o dia 09/11 e 10/11, marchas e mobilizações na cidade de Valparaíso, diante do Congresso Nacional. A paralisação anunciada se soma à segunda greve dos professores municipais do ano, esta, iniciada em 23/10, e sem previsão de término. O Ministério da Educação não reconhece a demanda dos docentes e informa que adesão ao movimento não passa de 10%, em contraste com número apresentado pelo sindicato, que é de 75%.

### **Câmara veta orçamento para educação.**

18/11 – A Câmara dos Deputados do Chile vetou proposta de orçamento para educação por 53 votos a 30 em decisão que contou com apoio de grande parte da bancada governista, formada pelo Partido Socialista (PS), Partido Demócrata Cristão (PDC), Partido Radical Social-democrata (PRSD) e Partido Pela Democracia (PPD). Dessa forma, os deputados colocaram-se ao lado do sindicato dos professores, legitimando a paralisação iniciada no mês de outubro, em razão de demanda por aumento de salários, vinculado ao tema da “dívida histórica” do Estado chileno com a categoria. Os parlamentares que se opuseram à proposta acusaram o governo de falta de empenho nas negociações com o Colégio dos Professores e criticaram os ministros da Economia, Andrés Velasco, e da Educação, Mónica Jiménez, pela falta de diálogo e por não respeitarem a posição da instituição legislativa. O orçamento para a educação já havia sido vetado pela Câmara no dia 13/11; no entanto, foi aprovado no Senado no dia 17/11. Agora, diante do impasse, a matéria será levada à Comissão Mista do Congresso Nacional, onde será apreciada, em conjunto, por um grupo de deputados e senadores.

### **Pesquisa CEP confirma liderança de Piñera e crescimento de Marco Enríquez-Ominami.**

11/11 – De acordo com os resultados da pesquisa eleitoral elaborada pelo Centro de Estudos Públicos (CEP) do Chile, a última a ser apresentada pelo instituto antes das eleições presidenciais, que ocorrem dia 13/12, o candidato da oposição, Sebastián Piñera, mantém-se na liderança, com 36% das intenções de voto, seguido pelo governista Eduardo Frei, com 26%, e de Marco Enríquez-Ominami, com 19%. Apesar de Ominami ainda se apresentar em terceiro lugar, os resultados foram bem avaliados por seu comitê, já que a pesquisa CEP confirma a tendência

de crescimento e a queda de Frei – Ominami subiu 2 pontos em relação à avaliação anterior, enquanto Frei caiu dois – e nas simulações para o segundo turno Ominami obteve melhor desempenho do que o candidato governista. Nesse sentido, em um cenário de segundo turno entre Piñera e Frei, o candidato da oposição obtém 43% contra 37% de Frei; em disputa contra Ominami, Piñera também sairia como vencedor, mas com menor vantagem, 40% contra 37%. Outro ponto destacado por especialistas foi o aumento da popularidade de Ominami, que atingiu 52% de avaliações positivas, contra 43% de Piñera e 36% de Frei.

### **Bachelet promulga lei que cria o Instituto Nacional dos Direitos Humanos.**

24/11 – Em cerimônia no palácio La Moneda, a presidente do Chile, Michelle Bachelet, promulgou a Lei n.º 20.405, que criou o Instituto Nacional dos Direitos Humanos. Em discurso, Bachelet destacou que se tratava de um compromisso moral e político do governo e do país e que a nova instituição seria herdeira de uma longa luta de proteção e disseminação dos direitos humanos. A iniciativa, no entanto, não contou com o apoio do principal grupo organizado de defesa dos direitos humanos do país durante o regime autoritário do general Augusto Pinochet (1973-1990), a Associação das Famílias dos Detidos e Desaparecidos (AFDD). Representantes da AFDD se negaram a participar do evento no palácio presidencial e criticaram abertamente a iniciativa. De acordo com Lorena Pizarro, presidente da AFDD, o instituto não respeita princípios básicos e não está em concordância com as demandas dos grupos de defesa de direitos humanos, pois não terá autonomia absoluta e capacidade de se manifestar a respeito de violações aos direitos humanos anteriores a sua criação. Dessa forma, acredita-se que a medida do governo pode se tornar um empecilho no processo de revisão dos crimes cometidos durante o regime militar.

### **Frei lança programa sobre direitos humanos às vésperas das eleições.**

06/12 – Às vésperas das eleições presidenciais do Chile, o candidato governista e ex-presidente (1994-2000), Eduardo Frei, lançou seu programa de governo relacionado aos direitos humanos. Entre os pontos de destaque, estão a revisão da Lei de Anistia, de 1978, e a derrogação da Lei Antiterrorista, atualmente utilizada contra as ações mapuches no sul do país. A proposta foi interpretada pela esquerda extra-parlamentar – coalizão Juntos Podemos Mais – como uma aproximação da agenda, o que permitiria acordo com o grupo em um possível segundo turno. Conforme analistas, a estratégia da Concertação seria polarizar a disputa com o candidato da oposição, Sebastián Piñera, trazendo à tona temas sensíveis para a direita. As eleições presidenciais e parlamentares no Chile estão marcadas para o dia 13/12. Até o momento, o candidato da coalizão oposicionista, Alianza, encontra-se em primeiro nas pesquisas de opinião, com 38% das intenções de voto; seguido de Frei, com 24%; e do candidato independente, Marco Enríquez-Ominami, com 20%. O representante da esquerda extra-parlamentar, Jorge Arrate, segue com 9% da preferência.

### **Piñera vence o primeiro turno das eleições presidenciais com 44% dos votos válidos.**

13/12 – Com mais de 98% dos votos apurados, o candidato oposicionista da Coalizão pela Mudança, Sebastián Piñera, foi declarado vencedor do primeiro turno das eleições presidenciais do Chile, com 44,05% dos votos válidos. O ex-presidente e candidato governista, Eduardo Frei, ficou em segundo lugar, com 29,6% dos votos, seguido pelo candidato independente Marco Enríquez-Ominami, com 20,3%, e do ex-ministro da Jorge Arrate, com 6,21%. Para a Câmara dos Deputados, a coalizão oposicionista obteve 58 cadeiras e a Concertação, 57. As outras 5 vagas ficaram como parlamentares independentes. No Senado, onde houve renovação

parcial, os dois grupos políticos obtiveram o mesmo número de cadeiras: 9; mas a Concertação conseguiu manter a maioria da casa. Dessa forma, o equilíbrio no Legislativo foi mantido. Na disputa parlamentar, pela primeira vez, desde o governo do presidente Salvador Allende (1970-1973), o Partido Comunista (PC) irá ocupar assentos no Parlamento – 3 cadeiras na Câmara – em razão da aliança com partidos da base governista. O segundo turno das eleições presidenciais está prevista para ocorrer no dia 17/01.

## **Colômbia**

### **Governo apresenta acordo com os EUA ao Legislativo.**

03/11 – O governo da Colômbia, através do ministro do Interior e da Justiça, Fabio Valencia Cossio, entregou aos presidentes da Câmara e do Senado o texto do acordo de cooperação militar e assistência técnica em matéria de defesa com os EUA. O acordo, que vigorará por 10 anos, permite que os aviões do país norte-americano aterrissem em qualquer aeroporto internacional da Colômbia, o que antes era proibido. As aeronaves eram obrigadas a parar no aeroporto de Eldorado, Bogotá, a fim de serem reconhecidas e receberem permissão para se movimentarem no espaço aéreo. Quanto à extraterritorialidade dos militares, o artigo VIII ratifica a imunidade apenas para o pessoal administrativo e técnico da missão. O artigo III proíbe expressamente a realização de operações fora do território colombiano. Em 30/10, os dois países já haviam assinado o texto final do convênio de segurança sem que ele tivesse passado pelo legislativo, tendo em vista que o governo o considerou como a formalização de tratados similares em vigor desde 1952. Ao comentar o assunto, o chanceler da Colômbia, Jaime Bermúdez, declarou que o acordo é necessário e representa um instrumento para aprofundar a luta contra o terrorismo e o narcotráfico.

### **Conselho Nacional Eleitoral invalida assinaturas recolhidas pelo Comitê Promotor do referendo.**

12/11 – O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Colômbia invalidou as assinaturas recolhidas pelo Comitê Promotor do Referendo, anulando a etapa de inscrição legislativa e solicitação de referendo perante a Organização Eleitoral. Os magistrados do Conselho concluíram que o Comitê não respeitou as regras de financiamento para esse fim e que a campanha para o recolhimento das assinaturas ultrapassou o teto do orçamento permitido, de acordo com o artigo 265 da Constituição de 1991. A Justiça Eleitoral decidiu, ainda, abrir processo contra os promotores da iniciativa, acusando-os de fraudar os registros financeiros da campanha e violar os trâmites do processo de recolhimento das assinaturas. Em 22/04, o presidente do CNE, Héctor Osorio, declarou que o magistrado Joaquín José Vives, responsável por conduzir a investigação, havia encontrado violação em alguns dos procedimentos para o aporte de recursos ao projeto, mas que não houvera financiamento proveniente de fontes ilegais, como apontavam algumas denúncias. O referendo está sob apreciação da Corte Constitucional, que não se pronunciou oficialmente sobre sua validade.

### **Uribe declara estado de emergência social por crise financeira da saúde.**

19/11 – Durante o discurso de encerramento da 54ª Assembléia da Federação Colombiana de Departamentos, realizada em Manizales, Caldas, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, declarou estado de emergência social pela situação de crise financeira em que se encontra a saúde do país. O ministro da Proteção Social, Diego Palacio, afirmou que o déficit nas contas do Plano Obrigatório de Saúde

(POS), programa de atendimento básico à saúde oferecido pelo governo às pessoas desempregadas ou inabilitadas para o trabalho, ultrapassa US\$ 254 milhões. O objetivo é criar uma comissão de especialistas para avaliar a real situação da rede de proteção social do país, além de estudar novos mecanismos que possibilitem um maior aporte de recursos nessa área. O grupo de trabalho será liderado pelos ministros da Proteção Social e Fazenda, pelo diretor de Planejamento Nacional e por governadores e prefeitos, mas incluirá também representantes dos profissionais e empresas de saúde. Uribe disse, ainda, que a medida não agride as recomendações apresentadas em um estudo sobre o tema elaborado pela Corte Constitucional e que os novos recursos provirão do aumento dos impostos para indústrias produtoras de bebidas alcoólicas e cigarros.

### **Congresso aprova ampliação da quota de endividamento externo do país.**

25/11 – A Câmara dos Deputados da Colômbia aprovou, no quarto e último debate, o projeto de lei que amplia a quota de endividamento externo do país para o ano de 2010 e os primeiros meses de 2011. A normativa modifica o limite de endividamento externo previsto pela lei n. 781 de 2002, vigente desde 2003, considerada inadequada para enfrentar os desafios da crise econômica mundial. Segundo o ministro da Fazenda, Óscar Iván Zuluaga, esses gastos serão necessários ao cumprimento das responsabilidades assumidas no orçamento de 2010, que incluem a adoção de medidas para assegurar o crescimento do país, a criação de empregos e o estímulo aos investimentos estrangeiros que fazem parte do Plano Nacional de Desenvolvimento. O orçamento, que havia sido aprovado em 21/10 pelas plenárias da Câmara e do Senado, teve um aumento de 7% em relação a 2009. Cinco dias depois, o Banco de Comércio Exterior da Colômbia (Bancoldex) aumentou o financiamento para mecanismos anticíclicos. O projeto de lei fora apresentado em maio de 2009 e já havia recebido o aval do senado, que o aprovou em 18/06.

### **Governo estuda a possibilidade de separar os ministérios do Interior e da Justiça.**

06/12 – Em evento organizado pelo consulado dos EUA em Cartagena, o ministro do Interior e da Justiça da Colômbia, Fabio Valencia Cossio, anunciou que o governo estuda a possibilidade de separar estas pastas para resolver a crise institucional que envolve o judiciário do país. Cossio afirmou que as modificações seriam feitas para empreender uma reforma geral da Justiça e fomentar maior equilíbrio institucional, funcional e técnico entre as diferentes instâncias deste poder. Outro objetivo seria regulamentar as atividades desempenhadas pelo judiciário, a fim de facilitar as relações com o Executivo. Desde julho, o presidente Álvaro Uribe enfrenta problemas para aprovar na CSJ uma lista tríplice de candidatos a promotor geral da nação. Entre setembro e outubro, a lista foi rejeitada cinco vezes seguidas. Nesses dois meses, acusações de conflito de poderes fizeram com que a CSJ acumulasse funções de investigação da promotoria no que tange os casos de militares envolvidos na execução sumária de civis e de congressistas ligados ao paramilitarismo. José Alejandro Bonivento, ex-presidente da Corte Suprema de Justiça (CSJ), seria o encarregado de criar o projeto de divisão dos ministérios.

### **Congresso aprova em última instância projeto de lei que penaliza porte e uso de drogas ilegais.**

09/12 – O Congresso da Colômbia aprovou em última instância, por 49 votos a 13, o projeto de lei que penaliza o porte e o uso de drogas ilegais. Este foi o oitavo debate no Senado sobre a reforma constitucional que penaliza o porte de qualquer quantidade de drogas ilícitas. Atualmente a legislação permite que as pessoas

possuam até 20g de maconha e 1g de cocaína. Os remédios de tarja preta também foram incluídos na iniciativa, de modo que os seus usuários devem apresentar a receita médica sempre que solicitado. A normativa prevê, ainda, que o governo ficará responsável por providenciar o auxílio médico e psicológico dos dependentes químicos e de suas famílias. A lei já havia passado pelo ciclo de debates na Câmara dos Representantes, tendo sido aprovada em definitivo no último mês, por 87 votos a 16. A reforma do artigo 49 da Constituição, que deverá ser regulamentada para incorporar as modificações das leis de entorpecentes, passa em seguida à revisão de constitucionalidade. A medida anunciada prevê novas atribuições para a saúde, após o presidente Uribe ter decretado, em 19/11, estado de emergência social em vista da situação de crise financeira do setor no país.

## **Equador**

### **Governo regulamenta mineração visando exportação.**

04/11 – O presidente do Equador, Rafael Correa, assinou três decretos que regulamentam a atividade mineradora no país. Após semanas de avaliação e divergências com setores indígenas e ambientalistas acerca da exploração dos recursos naturais no país, o governo decretou o Regulamento Geral da Lei de Mineração, o Regulamento Especial de Fomento à Pequena Mineração e o Regulamento Ambiental para as Operações Mineradoras. Segundo eles, o Estado poderá conceder a exploração mineral a companhias transnacionais, mas deve ficar com 50% dos *royalties* e dividendos da atividade. Além disso, as empresas deverão apresentar estudos técnicos e ambientais completos, que garantam o uso de tecnologia limpa. A pequena mineração, que gera cerca de 400 mil postos de trabalho em todo país, será incentivada a organizar-se em grupos para obtenção de crédito, tecnologia e capacitação de pessoal. Correa destacou que a Corporação Estatal Mineira deve fazer alianças com companhias públicas de outros países a fim de obter experiência no setor. A pretensão é de que, a partir de 2012, o Equador se transforme em exportador de minérios.

### **Diante de crise no setor elétrico, governo anuncia compra de energia do Peru e da Colômbia.**

13/11- O Ministério de Eletricidade e Energia do Equador anunciou a compra de energia elétrica do Peru e da Colômbia, a fim de combater a atual crise e os racionamentos compulsórios no setor. O governo peruano comprometeu-se a vender, até abril de 2010, 1200 megawatts/hora por dia ao Equador, que também receberá, a partir de 15/11, um incremento de 626 megawatts/hora na energia importada da Colômbia. Na semana anterior, devido à estiagem que acomete parte da região andina, a principal hidrelétrica do Equador, Paute, responsável por 60% da energia consumida no país, havia reduzido sua produção para 35% da demanda total, o que levou o governo a declarar estado de "exceção elétrica" por 60 dias e a impor um sistema de racionamento energético com perdas para os setores produtivos. Para reduzir o impacto da medida, o Banco Nacional de Fomento anunciou que abrirá uma linha de crédito de US\$ 21 milhões para subsidiar microempresários na compra de geradores elétricos. Com a energia negociada com os países vizinhos, o governo equatoriano espera reduzir os racionamentos pela metade em uma semana.

### **Após dois meses em discussão, projeto de Lei de Comunicação é apresentado ao Congresso.**

21/11 – A Comissão Ocasional de Comunicação encaminhou ao Congresso do Equador o projeto de Lei Orgânica de Comunicação, que reúne pontos de três

propostas debatidas desde 15/09. Dividido em cinco grandes segmentos, o projeto regula formas, princípios e direitos dos meios de comunicação, cria mecanismos de controle cidadão sobre a imprensa e, no mais controverso dos pontos, estabelece organismos e autoridades reguladoras, como o Conselho de Comunicação, que poderá aplicar sanções a veículos de informação e a jornalistas. Durante o debate final do projeto, os membros da oposição César Montúfar, Cynthia Viteri e Fausto Cobo abandonaram a comissão por se oporem à criação do Conselho de Comunicação, mas, ainda assim, governistas e aliados conseguiram a aprovação do texto. Em 19/10, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) esteve em missão no Equador e se opôs aos três anteprojetos de lei, considerados restritivos com relação à liberdade de imprensa e de expressão. Ainda assim a Comissão manteve suas atividades e o projeto final será publicado e debatido na Assembléia Nacional Legislativa a partir de 10/12.

### **Chanceler recebe representante da Colômbia para retomada de relações diplomáticas.**

23/11 – O chanceler do Equador, Fander Falconí, recebeu oficialmente Ricardo Montenegro, encarregado de negócios que reabriu e assumiu interinamente a embaixada da Colômbia no país. O diplomata equatoriano Andrés Terán foi enviado para ocupar o cargo homólogo e também reabrir a embaixada equatoriana na Colômbia. No mesmo dia, o presidente Rafael Correa inaugurou postos de controle militar em El Palmar e Cantagallo, conformando, agora, 19 unidades na fronteira com a Colômbia, que visam atuar contra guerrilhas na região. Correa requisitou maior contribuição do governo colombiano no controle fronteiriço. Em 05/11, a justiça equatoriana havia revogado as ordens de prisão de Juan Manuel Santos e Freddy Padilla, respectivamente ministro da defesa e general do exército colombiano, responsáveis, em 01/03/08, pelo ataque a guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em solo equatoriano que gerou o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países. Em 19/11, foi também reativada a Comissão Binacional de Fronteira (Combifron), após quase 21 meses de relações diplomáticas rompidas entre Colômbia e Equador.

### **Após novas demissões na Petroecuador, governo anuncia mudanças nos contratos com petroleiras privadas em 2010.**

30/11- Como parte do processo de reestruturação trabalhista em curso, o governo do Equador demitiu mais 258 funcionários da Empresa Estatal Petroleos del Ecuador (Petroecuador). Após quase dois anos de avaliação por consultores, pelo menos 743 empregados da estatal foram dispensados em 2009, segundo critérios de competência e nível de capacitação. Trabalhadores e sindicalistas protestaram contra a chamada demissão intempestiva, sem aviso prévio, e anunciaram a intenção de mover uma ação contra o governo. O ministro de Minas e Petróleo, Germánico Pinto, alegou que a demissão foi adequada e garantiu que serão pagas indenizações aos trabalhadores, o que deve gerar um custo de US\$ 20 milhões aos cofres públicos. No ensejo de sua nova política petrolífera, o governo anunciou que, a partir de janeiro, vai negociar individualmente com as empresas petrolíferas privadas que atuam no país a transformação dos atuais contratos de participação em contratos de prestação de serviços. A mudança faz parte de uma proposta legal que deve ser encaminhada para a Assembléia Nacional Legislativa em 2010, visando aumentar a presença e os dividendos do Estado no setor petrolífero.

### **Governo promove reestruturação no Banco Central.**

09/12 – O presidente do Equador, Rafael Correa, promoveu uma reestruturação no Banco Central. A decisão deveu-se ao não-cumprimento do prazo estipulado pelo governo para repatriação de US\$ 864 milhões a serem investidos no setor

produtivo e levou à renúncia do presidente do Banco, Carlos Vallejo, e de nove membros de sua equipe. O cerne do impasse foi a proteção dos recursos públicos: enquanto o diretório do Banco Central defendia garantias de 100 a 125% e taxas entre 0,2 e 4% sobre investimentos, o governo alegava que essas medidas seriam desnecessárias, uma vez que os entes estatais para onde seriam direcionadas as reservas já dispunham de regras seguras para concessão de empréstimos. Após reforma em julho de 2009, o Banco Central do Equador perdeu sua autonomia e o governo passou a definir as políticas monetária, creditícia e cambial. Com as renúncias, o ministro da Política Econômica, Diego Borja, assumiu interinamente a presidência do diretório e, dois dias depois, anunciou a repatriação de US\$ 865 milhões. Destes, US\$ 445 milhões foram distribuídos entre a Corporação Financeira Nacional, o Banco Nacional de Fomento e o Banco de Desenvolvimento.

## **Paraguai**

### **Lugo destitui cúpula militar após ter alertado para a existência de bolsões golpistas no país.**

04/11 – O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, destituiu a cúpula militar do país um dia após ter comentado sobre a possibilidade de existirem nas Forças Armadas pequenos grupos, instigados por setores políticos, que apresentem pretensões golpistas. A declaração foi dada durante uma conferência de imprensa na qual o mandatário rejeitava os rumores de ameaça institucional no país, reafirmando que permanecerá no poder até 2013. Lugo ressaltou ainda que as Forças Armadas não apresentam perigo, pois seus membros, de modo geral, estão comprometidos com o processo de consolidação da democracia. Em 06/11, Lugo indicou o general Oscar Velázquez, que havia sido destituído do comando do Exército dois dias antes, para o posto de comandante-em-chefe das Forças Armadas, após a saída de Cíbar Benítez, que afirmou ter tido sua autoridade comprometida ao não ter sido consultado pelo presidente sobre as alterações na cúpula. Durante as últimas semanas alguns líderes da oposição manifestaram a intenção de promover um processo político para abreviar o mandato de Lugo alegando mal desempenho de suas funções.

### **Instituto Nacional do Índio denuncia intoxicação de nativos por pesticida supostamente lançado por agricultores da região.**

13/11 – O Instituto Nacional do Índio apresentou ao Ministério Público do Paraguai uma denúncia sobre intoxicação de mais de 200 nativos, supostamente causada por pesticida lançado por proprietários da região situada no município de Itakyry, que fica no departamento de Alto Paraná. De acordo com os indígenas, em 06/11 um avião utilizado para fumigar plantações teria lançado agrotóxicos sobre a comunidade local. Foi enviada à região uma comitiva integrada pela ministra da Saúde, Esperanza Martínez, pelos titulares da Secretaria da Infância e da Adolescência, Liz Torres, da Ação Social, Pablino Cárceres, e pelos representantes da Secretaria do Ambiente (Seam), do INDI e da usina hidrelétrica de Itaipu. Conforme informado por Martínez, foram atendidas 217 pessoas com sintomas de intoxicação, sendo que 6 delas se encontram em estado grave. A ministra também indicou que foi enviada uma equipe para realizar uma investigação aprofundada sobre o caso. O local onde teria ocorrido o crime é marcado por uma controvérsia entre os nativos e agricultores ligados ao ramo da soja, grande parte de origem brasileira, que disputam a propriedade de 13 mil hectares.

### **Mais de 8 mil pessoas protestam contra cortes no orçamento da Secretaria de Ação Social.**

18/11 – Camponeses de Caazapá, no Paraguai, realizaram manifestações contra os cortes orçamentários realizados pelo Poder Legislativo. De acordo com os organizadores dos protestos no primeiro dia mais de 8 mil pessoas se reuniram nos distritos de Aba’i, Buena Vista, e Yuty para denunciar os cortes de verba que atingiram a Secretaria de Ação Social (SAS). No dia seguinte, outras 1.500 pessoas, em sua maioria beneficiárias dos programas da SAS, se reuniram novamente para protestar contra os cortes feitos pela Comissão Bicameral de Orçamento no projeto enviado pelo Executivo. Ao comentar as reduções, o ministro da Fazenda, Dionísio Borda, afirmou que é preocupante que as discrepâncias entre os legisladores e o governo venham a ocasionar distorções graves no orçamento, questão que se tornaria ainda mais premente no que diz respeito à redução de US\$ 51 milhões realizada na verba prevista para a SAS, destinada aos programas de combate à pobreza. Já o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, afirmou vetará os recortes orçamentários, caso o Congresso Nacional mantenha as reduções feitas pela Comissão Bicameral. O projeto já foi votado na Câmara dos Deputados, porém ainda precisa passar pelo Senado Federal.

### **Deputada denuncia plano golpista à Promotoria Geral do Estado.**

23/11 – A Deputada do Partido Popular Tekojoja (PPT) Aída Robles encaminhou uma denúncia à Promotoria Geral do Estado demandando a abertura de um processo para averiguar a existência de um plano golpista para promover a destituição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Robles, que é coordenadora do Movimento de Participação Cidadã, em nome do qual a denúncia foi encaminhada, afirmou que esta tem em vista as declarações do senador Alfredo Jaeggli, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), nas quais este garantia a existência concreta de um plano de golpe para afastar Lugo. De acordo com Jaeggli, o presidente deveria renunciar voluntariamente, para impedir que o golpe deflagre uma ruptura institucional generalizada, com danos irreparáveis ao regime democrático. Líderes do Partido Colorado, do União Nacional dos Cidadãos Éticos (Unace), do Partido Pátria Querida (PPQ) e de alguns setores do PLRA, que faz parte da base aliada, estão se articulando para promoverem um processo político contra Lugo, alegando mal desempenho de suas funções. Caso o processo seja instaurado, o Congresso Nacional pode decidir pelo seu afastamento do cargo.

### **Colorados realizam convenção partidária e decidem iniciar as negociações para processo político de Lugo.**

05/12 – O Partido Colorado (ANR, na sigla em espanhol) realizou uma convenção partidária na qual foram escolhidos os novos membros do Tribunal Eleitoral Partidário e decidiu-se por dar início às negociações para processar politicamente o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, por mau exercício de suas funções. Cerca de 600 membros participaram da convenção que, contudo, não conseguiu definir as políticas de alianças para as eleições municipais marcadas para 2010. No tocante à mobilização para instaurar um processo político contra Lugo, que caso aprovado pelo Legislativo poderá levar ao afastamento do mandatário, a presidente do Partido Colorado, Lilian Samaniego, discursou sobre a necessidade de que os membros da ANR iniciem as negociações no Congresso. Ao comentar sobre a decisão, o ex-presidente da República, Nicanor Duarte Frutos (2003/2008), ressaltou seu caráter acertado e se comprometeu a reunir-se com legisladores de outros partidos, para viabilizar o apoio necessário para processar e afastar Lugo. A presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Amanda Núñez, compareceu à convenção da ANR e declarou que o país passa por momentos delicados nos quais a união entre os partidos tradicionais é fundamental. O PLRA é o principal partido da base de apoio de Lugo e é a primeira vez que seu titular comparece a uma convenção colorada.

### **Corte Suprema de Justiça absolve ex-presidente de acusações por enriquecimento ilícito.**

10/12 – A Corte Suprema de Justiça (CSJ) do Paraguai absolveu o ex-presidente Luis Ángel González Macchi (1999-2003) de uma acusação por enriquecimento ilícito. A denúncia, motivada pela descoberta de uma conta na Suíça no valor de US\$ 300 mil, fazia parte do último dos 3 processos legais que pendiam contra Macchi. Em 04/12/06, o ex-mandatário havia sido condenado em primeira instância pelo Tribunal de Sentenças, a 8 anos de prisão e ao pagamento de uma multa de 3 bilhões de guaranis (o equivalente a US\$650 mil). A conta em questão foi aberta por Macchi com um nome-fantasia sem ter sido declarada à Controladoria Geral da República. Segundo o Ministério Público, o dinheiro foi remetido pelo empresário Domínguez Dibb como parte do pagamento pelo favorecimento de um decreto do então governo. A decisão da CSJ, subscrita por Alicia Pucheta de Correa, Miguel Óscar Bajac e Valentia Núñez, arbitrou pela absolvição de Macchi, confirmando a determinação da Câmara de Apelações, de que as acusações deveriam ser extintas em virtude de violações dos prazos judiciais. Para o promotor René Fernández, o ex-presidente teria ficado impune em virtude de falta de vontade da Justiça paraguaia.

## **Peru**

### **Exército repele ataque de grupo armado a base militar em Cerro Tinkuya.**

05/11 – O Exército do Peru repeliu o ataque de um grupo de guerrilheiros armados a uma base militar localizada em Cerro Tinkuya, próxima da cidade de Viscatán, na região do Vrae. Segundo informes do governo peruano, os guerrilheiros seriam ligados ao Sendero Luminoso. Ao final da ação, um soldado foi morto e quatro ficaram feridos. Segundo o ministro da Defesa, Rafael Rey, o que aconteceu em Cerro Tinkuya é resultado da perda de espaço do Sendero Luminoso desde que as Forças Armadas aumentaram sua presença na região do Vrae. O ministro também ressaltou que o governo vem implementando o plano “Operações Excelência 777”, com o objetivo de modernizar o equipamento dos militares operando em regiões com grande presença de grupos de guerrilha. Finalmente, Rey afirmou que os guerrilheiros que operam na região do Vrae encontram crescente dificuldade para conseguir armamento e munições e que por isto buscam obter equipamentos atacando bases militares. Este é o quinto ataque realizado contra instalações militares em Viscatán. A base atacada conta com 45 soldados pertencentes à Companhia Especial de Comandos.

### **García realiza visita oficial à Coréia do Sul e ao Japão e participa da Cúpula da APEC em Cingapura.**

09/11 – O presidente do Peru, Alan García, realizou visita oficial à Coréia do Sul e ao Japão, além de participar da cúpula do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) em Cingapura. Na viagem, García foi acompanhado pelo chanceler, José Antonio Belaunde. No primeiro dia, o presidente esteve em Tóquio, onde participou de encontros com empresários para discutir o processo de implementação do acordo de livre comércio entre os dois países. No dia seguinte, García encontrou-se em Seul com o presidente coreano, Lee Myung-bak, com quem discutiu o andamento das negociações de um acordo comercial que os dois países pretendem celebrar. Os dois chefes de Estado prometeram, em declaração conjunta, ampliar esforços para que as negociações sejam concluídas o mais breve possível. No mesmo dia, García seguiu para Cingapura, onde participou da cúpula anual dos chefes de Estado da APEC. Neste evento, García teve uma reunião com os presidentes do México e do Chile, além de um encontro bilateral com o ministro

de Comércio da Tailândia, quando foi assinado um acordo para facilitação do comércio entre os dois países.

### **Procuradoria entrega documentos de investigação judicial sobre suspeita de espionagem ao governo de Santiago.**

18/11 – A Procuradoria da Nação do Peru entregou à chancelaria chilena os documentos referentes à investigação da participação de militares peruanos em atividades de espionagem a serviço do Chile. O ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaunde, afirmou à imprensa que os documentos enviados contêm provas do envolvimento do suboficial da Força Aérea Peruana (FAP), Víctor Ariza, e de outros militares peruanos no envio de informações confidenciais produzidas pelo serviço de inteligência da FAP para informantes chilenos em Lima. Ainda de acordo com Belaunde, Ariza recebia mensalmente um depósito de US\$ 3 mil em sua conta bancária diretamente de Santiago. A presidente do Chile, Michelle Bachelet, respondeu às acusações feitas pelo governo peruano afirmando que a atitude peruana não contribui para o aumento da cooperação e da integração entre os dois países. O presidente Alan García afirmou que o uso da espionagem por parte do Chile é um ato repulsivo e “próprio de uma republiqueta”. García ainda convocou, pela primeira vez em seu governo, o Conselho de Segurança Nacional para acompanhar o desenvolvimento da questão.

### **Ministro propõe criação de zona de paz a Unasul.**

27/11 – O ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaunde, expôs ao Conselho de Defesa da União Sul-americana de Nações (Unasul) uma proposta para a criação do que chamou de uma zona de paz na América do Sul. A proposta peruana incluiria a limitação das compras de armamentos por parte dos países da região, a construção de uma força de paz regional e a assinatura de um pacto de não-agressão no âmbito da Unasul. Belaunde acrescentou ainda que espera que a proposta peruana seja adotada integralmente pelos países da região. A delegação peruana também apresentou, na reunião, uma declaração de repúdio às supostas ações de espionagem realizadas por um militar peruano em favor do governo do Chile. O chanceler declarou ainda que entregava a declaração de repúdio já que esta havia sido aprovada pelo Congresso, mas que não se manifestaria publicamente sobre as alegações de espionagem. A porta-voz oficial do governo do Chile, Carolina Tohá, afirmou que seu governo rechaçava qualquer interferência da Unasul no contencioso entre os dois países. Segundo Tohá trata-se apenas de um assunto bilateral.

### **García ratifica tratado de livre comércio com a China.**

07/12 – O presidente do Peru, Alan García, ratificou o Tratado de Livre Comércio entre seu país e a República Popular da China. O acordo facilita o investimento em mineração, energia elétrica, eólica, petróleo, gás natural e infra-estrutura necessária para a exportação de minérios e alimentos. García se valeu de um dispositivo na Constituição que permite que o presidente ratifique tratados internacionais sem discussão no Congresso para acelerar sua entrada em vigor. O texto publicado no Diário Oficial também é acompanhado de cláusulas complementares relacionadas à cooperação nas áreas de luta contra a pobreza, regulamentação aduaneira e produção de seda. A China é o maior destino das exportações peruanas, respondendo, na balança comercial do país, por um total de US\$ 3,7 bilhões em importações e US\$ 3,5 bilhões em exportações ao ano. O país asiático também é o maior comprador de pescados do mundo e o Peru, o maior produtor. O Peru já possui acordos de livre comércio similares com a União Européia, os EUA, Chile, Japão, Tailândia, Canadá, Nicarágua, Austrália, Coreia do Sul, Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega.

### **García recebe Lula e assina acordos de cooperação bilateral.**

17/12 – O presidente do Peru, Alan García, recebeu o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, para uma visita oficial de 3 dias. O chefe de Estado brasileiro viajou acompanhado de uma comitiva composta por cerca de 80 empresários e pelos ministros da Defesa, Nelson Jobim, das Minas e Energia, Edison Lobão, e do chanceler Celso Amorim. Os dois presidentes inauguraram conjuntamente o fórum ExpoBrasil 2009, destinado a fomentar a realização de acordos entre empresários dos dois países. Lula e García também se reuniram no palácio presidencial, onde assinaram 16 acordos de cooperação nas áreas de transportes, educação e de legalização do fluxo de mão-de-obra entre os dois países. Além disso, foi assinado um acordo para a criação do Conselho Empresarial Brasil-Peru para congregar empresários com interesses comerciais nos dois países. Após a reunião, Lula declarou em entrevista coletiva que o momento econômico atual é propício para que o Peru considere entrar para o Mercosul. De acordo com dados do governo peruano, o fluxo comercial entre os dois países passou de US\$ 2,3 bilhões em 2006 para US\$ 3,3 em 2009, o que significou um aumento de 43,4%.

### **Uruguai**

#### **Frente Ampla aprova estratégia para segundo turno.**

02/11 - A Frente Ampla, coalizão de esquerda do Uruguai, definiu as linhas estratégicas de sua campanha para o segundo turno das eleições presidenciais, que ocorrerá em 29/11. O partido decidiu que o candidato a presidente pela legenda, José Mujica, e seu vice, Danilo Astori, farão campanha pelo interior do país ao mesmo tempo em que será feita uma jornada por diferentes líderes da coalizão. Os candidatos confirmaram ainda que diversos grupos de trabalho abordarão áreas temáticas como energia, segurança, preservação ambiental, mudanças climáticas e economia. O segundo turno das eleições presidenciais uruguayas será disputado entre Mujica e o ex-presidente e candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle. Pesquisa recente divulgada pela empresa Factum indica que Mujica está na frente, com 49% das intenções de voto, enquanto o candidato do Partido Nacional aparece com 42%. No primeiro turno, ocorrido no dia 25/10, a Frente Ampla obteve 48,16% dos votos e o Partido Nacional, 28,94%. Na mesma ocasião foram submetidos à população os plebiscitos para anulação da Lei de Caducidade e para aprovação do voto epistolar, os quais obtiveram apenas 47,36% e 36,93% a favor, respectivamente, não angariando nenhum deles o percentual necessário para a implementação das medidas.

#### **Vázquez condena uso eleitoral de descoberta de armas.**

10/11 – O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, condenou a utilização com caráter eleitoral da descoberta de um arsenal de mais de 700 armas em Montevideu. Membros do Partido Nacional tentaram relacionar o caso com o candidato à presidência pela coligação Frente Ampla, José Mujica, e com seus ex-companheiros do movimento tupamaro. Para esclarecer as investigações sobre o ocorrido, os ministros do Interior, Jorge Bruni, e da Defesa, Gonzalo Fernández, compareceram ao parlamento. De acordo com as declarações de Bruni, o arsenal era composto por algumas armas muito velhas e outras mais modernas, o que parece ser um dado contraditório da maior apreensão dos últimos 50 anos. A coalizão governista Frente Ampla interpretou as acusações como uma afronta e decidiu proibir o uso da imagem de José Mujica nas peças publicitárias desenvolvidas pelo Partido Nacional. O segundo turno das eleições presidenciais acontecerá no dia 29/11 e pesquisa recente divulgada pela Factum indica Mujica

com 49% das intenções de voto contra 40% do Partido Nacional. O governo também recebe crescente apoio da população, tendo a popularidade de Vázquez atingido 71%, um recorde histórico desde que há pesquisas de opinião pública no país.

### **Candidato da Frente Ampla recebe apoio do PT.**

23/11 – José Mujica, candidato da coligação Frente Ampla (FA), partido de esquerda do Uruguai, recebeu a visita de Olívio Dutra, atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) gaúcho e ex-governador do Rio Grande do Sul. Dutra foi a Montevideu manifestar o apoio do PT à candidatura do senador José Mujica, que disputa no dia 29/11 o segundo turno uruguaio contra o ex-presidente Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional. O presidente do PT gaúcho destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera que um segundo governo da Frente Ampla seria benéfico para a relação entre Brasil e Uruguai e também para o Mercosul. Olívio Dutra ressaltou ainda haver muitas semelhanças entre Lula e Mujica e que Mujica é uma figura carismática, capaz de trabalhar na diversidade e com pluralidade de idéias para construir consensos. O candidato da FA, por sua vez, já manifestou inúmeras vezes sua admiração por Lula. Em agosto deste ano, Mujica e Danilo Astori, seu vice, fizeram visita ao Brasil e foram recebidos por Lula e pelo chanceler Celso Amorim. A última pesquisa divulgada pela Factum no dia 19/11 apontou Mujica na frente com 50% das intenções de voto e Lacalle com 40%.

### **Mujica é o novo presidente da República.**

29/11 – O candidato governista, José Mujica, foi eleito o novo presidente da República do Uruguai. Segundo dados oficiais, aproximadamente 2,3 milhões de uruguaios compareceram às urnas no último domingo e elegeram o candidato da Frente Ampla com 52,6% dos votos, enquanto o candidato da oposição, Luis Alberto Lacalle, obteve 43,3%. A derrota foi reconhecida pelo Partido Nacional e o novo presidente já recebeu o apoio dos mandatários de outros países da região, como Michelle Bachelet, do Chile, Cristina Kirchner, da Argentina, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. Em seu primeiro discurso após eleito, Mujica agradeceu ao atual presidente, Tabaré Vázquez, pelo auxílio durante as eleições e adotou um tom conciliador, chamando as principais forças da oposição, o Partido Nacional e o Partido Colorado, a trabalhar pela unidade do país. No plano externo, o novo mandatário já iniciou tratativas para solucionar o impasse entre Uruguai e Argentina. Cristina Kirchner já acenou com a possibilidade de retirar o bloqueio da ponte General San Martín se o Uruguai votar em Nestor Kirchner como secretário geral da Unasul. Lula também ofereceu o apoio brasileiro ao novo governo e disse que prevê aprofundamento das relações do Mercosul.

### **Mujica indica lista com nomes para a composição de seu gabinete.**

05/12 – O novo presidente da República eleito do Uruguai, José Mujica, apresentou à coligação Frente Ampla sua proposta para a distribuição dos cargos de seu gabinete. Entre os nomes indicados estão Eduardo Bonomi para o Ministério do Interior, Luis Almagro para o Ministério das Relações Exteriores, Ernesto Agazzi para o Ministério da Educação e Cultura, Fernando Lorenzo para o Ministério da Economia e Luis Rosadilla para o Ministério da Defesa Nacional. As negociações para a formação da lista tiveram início no dia 03/12/2009. Mujica afirmou que não abre mão de ter sob o seu controle os Ministérios da Defesa, Interior, das Relações Exteriores, Pecuária e Ciência e Tecnologia, este último ainda a ser criado. O Movimento de Participação Popular (MPP) já entregou ao novo presidente uma lista com trinta nomes de dirigentes considerados aptos para ocupar algum dos postos de direção ou de responsabilidade que existam na administração governamental. Mujica também estabeleceu contato com os integrantes da oposição Pedro

Bordaberry, Luis Lacalle e Pablo Mieres. O objetivo é que estes indiquem representantes que integrarão grupos de trabalho do governo.

### **Vázquez deixa a presidência temporária do Mercosul.**

08/12 – O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, deixou a presidência temporária do Mercosul assumida em julho deste ano, a qual foi transferida para a mandatária argentina, Cristina Fernández de Kirchner. A transferência ocorreu durante a 38ª Cúpula de Presidentes do Mercosul, realizada em Montevidéu. Vázquez aproveitou a ocasião para apresentar às delegações o novo presidente eleito no país, José Mujica, também integrante da coligação Frente Ampla, que assumirá o cargo em 1º de março de 2010. Além de Vázquez, a sessão plenária contou com a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Cristina Fernández (Argentina), Fernando Lugo (Paraguai), Michelle Bachelet (Chile), Hugo Chávez (Venezuela) e Alvaro Uribe (Colômbia). Entre os temas abordados estiveram a concretização de um acordo entre a União Européia e o Mercosul, o aperfeiçoamento da união aduaneira, especialmente no que diz respeito à aprovação do programa de eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC), a diminuição das assimetrias existentes entre os países membros, a demorada incorporação da Venezuela ao Mercosul, a crise política hondurenha e a situação de conflito entre Colômbia e Venezuela.

## **Venezuela**

### **Assembléia Nacional aprova mudanças na Lei de Conselhos Comunais.**

05/11 – A maioria governista da Assembléia Nacional da Venezuela aprovou mudanças na Lei de Conselhos Comunais, no que diz respeito a valores e princípios, funcionamento das assembléias de cidadãos e instâncias de coordenação comunitária. A lei também ganhou caráter orgânico, o que permitirá aos conselhos comunais regular o planejamento, gestão, controle, execução e desenvolvimento dos projetos aprovados pelas instâncias de participação. Essas mudanças foram aprovadas no Legislativo como parte da segunda discussão do projeto de reforma à Lei dos Conselhos Comunais. A referida lei foi promulgada em 2006 e, desde então, o governo começou a incentivar a criação de dezenas de milhares de conselhos comunais em todo o país. Um processo de consulta pública para reformar a legislação foi realizado entre maio e julho de 2009, no qual participaram membros de 30 mil conselhos comunais. Deputados opositores criticaram o documento por considerar que discrimina outras formas de participação e concentra o poder no presidente da República.

### **PSUV elege 772 delegados para seu I Congresso Extraordinário.**

15/11 – Mais de dois milhões de militantes do governista Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) elegeram 772 representantes para participar do seu I Congresso Extraordinário, a ser realizado entre 23 de novembro e 11 de dezembro de 2009. No evento devem ser definidos o estatuto e a estrutura do partido. O diretor de organização do PSUV, Jorge Rodríguez, foi o encarregado de anunciar a lista dos delegados eleitos e qualificou a eleição como um exercício de autêntica democracia revolucionária. Rodríguez também pediu aos delegados que aguardassem as instruções do presidente Hugo Chávez e da direção nacional do partido. Aristóbulo Istúriz, vice-presidente do PSUV para a região oriental do país, celebrou o sucesso da consulta e ressaltou que foi essencial o papel das patrulhas socialistas, criadas como uma nova estratégia de organização dos membros do partido em células de poucos integrantes. Por seu lado, Jacqueline Faría, integrante da diretoria nacional, informou que em 19/11 será realizado em Caracas um

congresso internacional com partidos de esquerda de 50 países, no qual será discutido o panorama internacional, a política de alianças estratégicas e os avanços nas relações Sul-Sul.

### **Exército derruba duas passagens de pedestre na fronteira com a Colômbia.**

19/11 – O Exército da Venezuela derrubou duas passagens de pedestre que comunicavam as comunidades de Ragonvalia, no departamento colombiano de Norte de Santander e Las Delícias, no estado venezuelano de Táchira. O vice-presidente e ministro da Defesa da Venezuela, Ramón Carrizales, explicou que as passagens eram ilegais por estarem fora dos sítios acordados entre os dois governos para trânsito legal de pessoas. No entanto, para o ministro da Defesa da Colômbia, a ação representou uma violação às leis humanitárias internacionais por se tratar de uma agressão contra os civis que utilizavam quotidianamente essas passagens. Nas últimas semanas, a crise diplomática entre os dois países se agravou a partir do seqüestro e assassinato em território venezuelano de oito supostos para-militares colombianos e a detenção de um agente do Departamento Administrativo de Segurança (DAS) da Colômbia por autoridades da Venezuela. Durante um encontro com partidos de esquerda de 45 países, o presidente Hugo Chávez afirmou que a destruição desse tipo de passagens entre os dois países continuará.

### **Chávez recebe presidente da Autoridade Nacional Palestina.**

27/11 – O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, recebeu em visita oficial no palácio de Miraflores o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, com o qual assinou acordos de cooperação em matéria de educação e comércio. Chávez manifestou que seu governo apoiou desde o início do seu primeiro mandato o povo palestino na sua luta contra o Estado de Israel e outorgou a Abbas a Ordem do Libertador, distinção máxima do Estado venezuelano. Na véspera, a Assembléia Nacional aprovou um acordo de saudação à visita de Abbas, que discursou diante do plenário do Legislativo. O presidente da Comissão de Política Externa da assembléia, o deputado Roy Daza, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), declarou que os legisladores venezuelanos apóiam plenamente a causa do povo palestino e fez um pronunciamento para o Estado de Israel respeitar as resoluções da Organização das Nações Unidas e parar com o muro que divide o território israelense do palestino. Abbas finalizou em Caracas uma série de visitas por outros países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile e Paraguai, onde recebeu apoio dos respectivos governos para a criação de um Estado palestino.

### **Governo intervém nas operações de bancos privados por irregularidades.**

04/12 – O ministro de Economia e Finanças da Venezuela, Alí Rodríguez Araque, anunciou a intervenção estatal nas operações do Central Banco Universal, Banco Real e Baninvest por não cumprimento dos planos de recuperação estabelecidos pela Superintendência de Bancos. O governo venezuelano havia decretado medida similar duas semanas antes contra outros quatro bancos privados: Banpro, Confederado, Bolívar e Canarias. Na ocasião, as autoridades haviam invalidado também a compra destes dois últimos por parte do empresário Ricardo Fernández Barrueco, devido a suspeitas sobre a origem dos recursos para realizar a operação. O Ministério Público emitiu 10 ordens de prisão e 19 proibições de abandonar o país contra diretores dessas entidades financeiras. Posteriormente, o presidente Hugo Chávez lançou o processo de criação de um novo banco estatal de grande porte a partir da fusão entre os bancos Confederado, Central e Real. Jesse Chacón, ministro de Ciência e Tecnologia, foi destituído do cargo após a divulgação de que seu irmão Arné estaria envolvido em operações irregulares ligadas ao Banco Real.

### **Chávez participa da 8ª Cúpula da Alba em Havana.**

14/12 – O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, participou da 8ª Cúpula da Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (Alba) que se realizou em Havana, Cuba, e contou com a presença do presidente Evo Morales, da Bolívia; Daniel Ortega, da Nicarágua e Raúl Castro, de Cuba. Representantes de Honduras, Equador, Dominica, Antiga e Barbuda assim como de São Vicente e Granadinas estiveram também no encontro. Os membros do bloco concordaram em apresentar uma posição conjunta na cúpula mundial sobre mudanças climáticas em Copenhague, a qual defende a vigência do protocolo de Kyoto e pede que os países mais industrializados reconheçam uma dívida climática histórica com os países em desenvolvimento. Adicionalmente, o bloco rejeitou as declarações recentes da secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, no sentido de que os países que vem cultivando relações com o governo do Irã poderiam sofrer retaliações. Chávez confirmou que irá a Copenhague para participar da cúpula sobre mudanças climáticas e que, junto a Evo Morales, falará em nome da Alba.